

HISTÓRIA, POLÍTICA E REPUTAÇÃO
NO DISCURSO *DEL DUQUE DE ALBA*
AL CATOLICO FELIPE IV SOBRE EL CONSEJO,
QUE SE LE DIÒ EN ABRIL PASSADO,
PARA LA RECUPERACIÓN DE PORTUGAL...
(1645), DE BRAZ DA FRANÇA *

PEDRO CARDIM

CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores

Um *Discurso* acerca de um conselho anónimo

Na sequência do 1 de Dezembro de 1640, dia em que teve início a revolta portuguesa contra a Monarquia espanhola, foi posta a circular uma grande quantidade de escritos de propaganda. Muitos foram os que escreveram a favor da separação entre Portugal e a Monarquia, mas foi também difundido um número significativo de textos contrários aos chamados «rebeldes de Portugal», ou seja, contra aqueles que apoiaram D. João IV. Entre os textos que atacavam o Portugal dos Bragança destacou-se um conselho anónimo publicado entre 1641 e 1644. Dirigido a Filipe IV, esse escrito anónimo – atribuído simplesmente a um «conselheiro castelhano» – propunha várias medidas para a recuperação de Portugal e, para além disso, continha muitas acusações contra o carácter dos lusos. Nesse conselho os portugueses apareciam com uma imagem muito negativa, sendo retratados como pessoas falsas, inconstantes na sua fidelidade e apenas movidas pelo interesse.

* Este trabalho beneficiou muitíssimo da leitura efectuada por Daniel Oliveira de Carvalho e por Daniel Porto Saraiva, profundos conhecedores dos meandros da propaganda seiscentista. De ambos recebi uma ajuda inestimável para a compreensão de aspectos fundamentais do escrito que serve de base a este estudo. Para eles vai o meu agradecimento. Com António Camões Gouveia, Fernando Bouza Álvarez, Gaetano Sabatini, Rafael Valladares e David Martín Marcos debati vários aspectos desta análise, e as suas críticas em muito a beneficiaram.

Ao que tudo indica, este conselho anónimo teve uma forte repercussão em Portugal, razão pela qual acabou por ser alvo de várias réplicas. Uma dessas réplicas foi um texto intitulado *Discurso del duque de Alba al Catolico Felipe IV sobre el consejo, que se le diò en abril passado, para la recuperacion de Portugal, con su parecer en la misma materia*. Com um total de doze fólhos, este impresso também circulou sob o anonimato, embora se saiba que o seu autor é Braz da França, um português nascido em Roma e residente, durante mais de três décadas, em Itália. Desconhece-se, no entanto, o local onde o *Discurso* foi impresso e tão-pouco se sabe o nome da oficina que o deu à estampa – não apresenta nem licença, nem data de impressão. Contudo, a partir de elementos contidos no texto é possível afirmar que o *Discurso* terá surgido em meados do ano de 1645.

Redigido num castelhano com bastantes lusitanismos, o *Discurso* possui duas partes bem distintas. Na primeira apresentam-se os argumentos expendidos por esse conselheiro de Filipe IV na sua proposta para a recuperação de Portugal e, em paralelo, os comentários que foram tecidos, sobre esses mesmos argumentos, por Fernando Álvarez de Toledo, 3.º duque de Alba. Quanto à segunda parte do *Discurso*, nela o mesmo duque de Alba apresenta a sua visão sobre o modo como a Monarquia dos Áustrias deveria lidar com o Portugal dos Bragança.

O *Discurso* contém, portanto, um segundo texto dentro do texto principal. Tendo em vista atacar o conselho anónimo que tanta celeuma gerou em Portugal, Braz da França, em vez de escrever um longo tratado de réplica, apropriou-se desse escrito e resolveu criar uma situação insólita: apelar a uma figura famosa já morta – o 3.º duque de Alba – e colocá-la a comentar a proposta do conselheiro. Importa lembrar que Fernando Álvarez de Toledo tinha falecido em 1582, ou seja, mais de sessenta anos antes do aparecimento do impresso da autoria de Braz da França. O *Discurso* aposta, pois, num expediente muito corrente na publicística: o recurso a uma personagem, real ou literária, famosa entre o público daquele tempo e a sua utilização como «arma de arremesso» contra uma causa que se pretendia atingir¹.

¹ Agradeço a Daniel Saraiva as suas pertinentes reflexões sobre esta questão. Dois outros exemplos da utilização deste recurso, nesta mesma época, pela publicística: a *Carta escrita do inferno por Miguel de Vasconcelos* e, também, o *Cartel de Desafio, y Protestacion Cavalleresca de Don Quixote de la Mancha Cauallero de la triste figura en defension de sus Castellanos...* (Lisboa, Lourenço de Queirós, 1642); cf. Simone BERTIÈRE, «La guerre en images: gravures satiriques antiespagnoles» in AA.VV., *L'Âge d'or de l'influence espagnole. La France et l'Espagne à l'époque d'Anne d'Autriche (1615-1666)*, Mont-de-Marsan, éd. InterUniversitaires, 1991, pp. 147-184; Vanda ANASTÁCIO, «Heróicas virtudes e escritos que as publiquem. D. Quixote nos papéis da Restauração», *Iberoamericana. América Latina, España, Portugal: Ensayos sobre letras, historia y sociedad*. Notas, vol. 7, n.º 28 (2007), pp. 117-136.

A autoria e o contexto do *Discurso*

São vários os exemplares do *Discurso* que é actualmente possível encontrar nas mais diversas bibliotecas e arquivos, facto que, por si só, constitui um indício de que esta pequena obra teve uma circulação bastante alargada.

Como disse, na sua versão impressa o *Discurso* não apresenta qualquer referência ao seu autor. No entanto, localizei – na Biblioteca do Palácio da Ajuda, em Lisboa – o manuscrito autógrafa desta obra, acompanhado por uma carta sem data mas assinada por um certo Braz da França e dirigida a D. João IV². Nessa missiva pode ler-se que o texto era oferecido ao novo rei de Portugal como prova de que o seu autor estava empenhado em servir a causa dos Bragança.

Foi João Franco Barreto, famoso erudito português de meados do século XVII, quem primeiro atribuiu a autoria do *Discurso* ao seu contemporâneo Braz da França. De acordo com Franco Barreto, Braz da França terá nascido «em Roma, mas de Pays Portuguezes Nobres, foi muito versado na historia Romana e politica por lhe ser natural a lingua Jtaliana». Franco Barreto faz também uma breve referência à produção literária de Braz da França e, em especial, à obra aqui analisada: «compos muitos discursos politicos, entre elles estampou huma invectiva contra a Coroa de Castella, introduzindo o Duque de Alua fallando com El Rej Dom Phelipe 2º [*sic*] a qual estampou em Lisboa no anno de 1645»³. Décadas mais tarde, Diogo Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca Lusitana*, reproduziu a informação veiculada por Franco Barreto, acrescentando que Braz da França, graças aos conhecimentos que adquiriu, em Itália, «na palestra da mayor politica, sahio instruhido insignemente nos dictames desta Arte, sendo não menos versado na lição da Historia profana»⁴.

Natural de Roma e filho de pais portugueses, Braz da França nasceu, provavelmente, nos primeiros anos do século XVII⁵. Serviu, durante muito tempo, o grão-duque da Toscana, em Liorne, e algumas fontes atribuem-lhe

² BIBLIOTECA DA AJUDA [BPA], cód. 50-V-38, f. 349 (Resposta de Braz da França ao Conselho que se deo a ElRei de Castella sobre a recuperação de Portugal, carta); BPA, cód. 50-V-38, ff. 350-363v (*Discurso*).

³ João Franco BARRETO, «Bibliotheca Luzitana... autores portuguezes...» (s.d.), cópia da Biblioteca Nacional, Lisboa, fls. 976-976v.

⁴ Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana...*, Lisboa, 1741, tomo 1, p. 545. Barbosa Machado assinala um detalhe importante: no rodapé de cada um dos doze fólhos da versão impressa do *Discurso* aparecem as iniciais «BF», sem dúvida uma maneira sugestiva – e cifrada – de Braz da França reivindicar a autoria do seu texto.

⁵ Sobre a comunidade portuguesa em Roma cf. *maxime* os trabalhos de Gaetano SABATINI, em especial «Entre o Papa e o rei de Espanha. A comunidade lusitana em Roma nos séculos XVI e XVII» in Pedro CARDIM, Mafalda Soares da CUNHA e Leonor Freire COSTA, *Portugal na Monarquia espanhola. Dinâmicas de integração e conflito*, Lisboa, CHAM-CIDEHUS-GHES, 2013, pp. 349-389.

mesmo o cargo de cônsul⁶, embora outras o retratem, simplesmente, como residente nessa cidade portuária do Tirreno. Casou com uma mulher italiana – cujo nome se desconhece – e com ela terá tido vários filhos. A seguir ao 1 de Dezembro de 1640, e depois de trinta e cinco anos de residência em Itália, Braz da França decidiu mudar-se para Portugal a fim de apoiar a causa de D. João IV. Terá tomado essa decisão em 1643 ou em 1644 e, logo depois de chegar a Lisboa, conseguiu ser integrado no serviço da Coroa: foi incumbido de combater os «descaminhos na alfândega das sete casas, nas mesas dos vinhos e das carnes»⁷.

Foi, provavelmente, no final de 1644 – ou seja, pouco tempo depois de se estabelecer em Portugal –, que Braz da França resolveu escrever o *Discurso del duque de Alba*. O seu objectivo era ajudar a causa dos Bragança, intenção que ele próprio assume na carta – sem data – que acompanha o manuscrito autógrafa oferecido a D. João IV e que, como já referi, integra actualmente os fundos da Biblioteca do Palácio da Ajuda, em Lisboa⁸.

Acerca da trajectória posterior de Braz da França pouco mais se sabe. Ao que tudo indica, a sua experiência italiana em lides portuárias terá sido aproveitada pelas autoridades de Lisboa. Em Fevereiro de 1646 foi escolhido para «reformatar a fazenda da Coroa» e para modificar os seus métodos de registo («passar de livros de receita para livros de caixa»), tendo em vista tornar esse registo mais rigoroso e evitar o «descaminho» de dinheiro. Auferindo um ordenado de 120 mil réis por ano (consignado à alfândega de Lisboa), foi depois incumbido, por D. João IV, «de fazer livro de caixa da distribuição e meneio da minha fazenda». No alvará que se encontra registado na Chancelaria régia pode ler-se que «...Braz da França [é] pessoa inteligente na materia de semelhantes livros e contas», tendo sido por isso mesmo escolhido para «introduzir neste Rejno o estilo da caixa»⁹. Meses depois, em meados de 1646, obteve a naturalização dos seus filhos, com base no fundamento de que Braz da França, quando ainda se encontrava em Liorne, tinha de imediato apoiado D. João IV. Por esse motivo, aos filhos «...que teve com uma mulher italiana» foi atribuído o estatuto de «naturais do reino de Portugal»¹⁰.

Cumprir referir que Braz da França manteve contacto com vários diplomatas que, depois de 1640, viajaram pela Europa em busca de apoio para

⁶ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT], Manuscritos da Livraria, n.ºs 21 e 11 (Carta de Braz da França, antigo cônsul no porto de Liorne, para D. Vasco Luís da Gama, quando este se preparava para seguir para Roma como diplomata, Lisboa, 17 de Setembro de 1644).

⁷ ANTT, Manuscritos da Livraria, n.ºs 21 e 22 (Carta de Braz da França para D. Vasco Luís da Gama, Lisboa, 17 de Setembro de 1644).

⁸ BPA, cód. 50-V-38, ff. 349 e segs.

⁹ ANTT, Chancelaria de D. João IV, Liv. 19, f. 112.

¹⁰ ANTT, Lisboa, Chancelaria de D. João IV, Liv. 18, f. 186v (Alvará de naturalização para seus filhos, Lisboa, 24 de Julho de 1646).

a causa dos Bragança. Numa carta que escreveu a 17 de Setembro de 1644 – quando já se encontrava em Portugal, mas antes de redigir o *Discurso* –, dirigida a um diplomata português que se preparava para viajar para Roma, Braz da França não esconde o seu alinhamento político. Entre várias considerações sobre a Europa daquele tempo, manifesta dúvidas acerca do carácter sinceramente católico de Castela, acusando essa coroa de usar a religião para «dominar o mundo». Nessa mesma missiva revela conhecer bem os meandros da política em Roma, em Florença e em Liorne. Acerca desta última cidade, refere que aí residiam poucos portugueses «de cabedal», mas havia «muitos judeus que fallão português...»¹¹.

Paralelamente, e numa altura em que ainda se encontrava em Itália, ajudou muitos soldados portugueses que lá serviam a Monarquia e que desejavam regressar a Portugal. Manteve uma relação epistolar com o famoso D. Vasco Luís da Gama, conde da Vidigueira e, mais tarde, marquês de Niza e embaixador de Portugal em Paris, sendo conhecidas algumas das cartas que remeteu a esse dignitário, em 1642 e 1643, numa altura em que ainda se encontrava fora de Portugal¹². Para além destas missivas, não consegui localizar qualquer outro escrito da autoria de Braz da França. No entanto, e como assinalai, João Franco Barreto declara que «compos muitos discursos políticos», informação corroborada por Diogo Barbosa Machado, o qual garante que França escreveu outros «discursos políticos em que muito se admirou a profundidade do seu talento», embora reconheça que o *Discurso* era «o mais digno de estimação»¹³.

A partir de elementos contidos no texto, pode dizer-se que Braz da França redigiu o *Discurso* nos meses centrais do ano de 1645¹⁴, tendo a versão impressa surgido pouco tempo depois.

¹¹ ANTT, Manuscritos da Livraria, n.ºs 21 e 22 (Carta de Braz da França para D. Vasco Luís da Gama, Lisboa, 17 de Setembro de 1644); acerca de Liorne e a sua inserção nas redes mercantis do Mediterrâneo ocidental, cf. Nunziatella ALESSANDRINI, «Vida, história e negócios dos mercadores italianos no Portugal dos Filipes» in Pedro CARDIM, Mafalda Soares da CUNHA e Leonor Freire COSTA, *Portugal na Monarquia espanhola...*, cit., 2013, pp. 107 e segs.; Lucia Frattarelli FISCHER, *Vivere fuori dal ghetto. Ebrei a Pisa e Livorno (secoli XVI-XVIII)*, Turim, Zamorani, 2009; Francesca TRIVELATO, *The Familiarity of Strangers. The Sephardic Diaspora. Livorno, and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period*, New Haven, Yale University Press, 2009; acerca do papel dessa cidade no universo político e comercial da Monarquia espanhola, veja-se, de Francisco ZAMORA RODRÍGUEZ, *La «pupilla dell occhio della Toscana» y la posición hispánica en el Mediterráneo Occidental*, Madrid, Fundación Española de Historia Moderna, 2013.

¹² Vide as quatro cartas que Braz da França dirigiu a D. Vasco Luís da Gama, conde da Vidigueira, que se encontram na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, todas elas escritas em Liorne e com as seguintes datas: 12 de Julho de 1642; 10 de Setembro de 1642; 5 de Novembro de 1642; 7 de Janeiro de 1643 – BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA [BPE], cód. CVI/2-12, fls. 727, 730, 735 e 740. Sobre Braz da França, ver, também, Biblioteca Nacional, Portugal, Lisboa, cód. 2667, fls. 14v e segs. Agradeço a Fabien Montcher esta referência.

¹³ Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, cit., tomo 1, p. 545.

¹⁴ No f. 2v pode ler-se: «gostando ya Portugal cinco años de su nuevo rey natural». Além disso, no texto do *Discurso* existe uma menção ao cerco de Elvas por parte das forças da Monar-

O *Discurso* apareceu num período marcado pela queda em desgraça do conde-duque de Olivares e pela polémica acerca do seu legado. A partir de 1643 surgiram numerosos textos criticando a acção governativa do famoso valido de Filipe IV e responsabilizando-o pelo declínio da Monarquia. O padre Antonio Seyner, por exemplo, na sua *Historia del levantamiento de Portugal...* (Saragoça, Pedro Lanaja y Lamarca, 1644), disferiu duros ataques à política do conde-duque, em especial ao modo como tinha governado Portugal. Como é bem sabido, pela mesma altura apareceram também várias obras em defesa de Olivares¹⁵.

O *Discurso* inscreve-se, igualmente, no ambiente da ofensiva da Monarquia de Filipe IV contra as revoltas da Catalunha e de Portugal. No que toca à Catalunha, importa lembrar que, em Julho-Agosto de 1644, teve lugar a conquista de Lérida, a primeira cidade catalã sobre a qual o domínio dos Áustrias foi restaurado. Filipe IV quis assinalar esse importante acontecimento, realizando uma entrada solene nessa urbe e jurando os foros catalães numa cerimónia celebrada na catedral dessa cidade. Tal gesto destinava-se, antes de mais, aos catalães que continuavam a resistir, mas tinha em mente, igualmente, os portugueses que apoiavam a secessão da Monarquia espanhola¹⁶.

Quanto ao Portugal dos Bragança, para se consolidar na cena europeia era fundamental demonstrar, ante as demais potências, que tinha capacidade para mover uma guerra ofensiva, e não meramente defensiva, contra a Monarquia dos Áustrias. No entanto, até 1645 os confrontos na frente portuguesa foram muito esporádicos, com pequenas escaramuças e com um diminuto empenho militar por parte da Monarquia. As únicas excepções terão sido a batalha do Montijo (travada em meados de 1644, vitória portuguesa em solo espanhol e com muita repercussão na publicística¹⁷) e o cerco de Elvas (entre 1 e 8 de Dezembro de 1644, mais uma derrota espanhola, desta

quia espanhola (ocorrido entre 1 e 8 de Dezembro de 1644) e uma outra à ofensiva turca no Mediterrâneo, ofensiva que culminaria na chamada guerra de Cândia, desencadeada em Abril de 1645.

¹⁵ Veja-se *maxime* John H. ELLIOTT, *The Count-Duke of Olivares. The Statesman in an Age of Decline*, New Haven, Yale University Press, 1986, pp. 651 e segs.

¹⁶ A publicística fez eco deste acontecimento. Alguns exemplos, dos muitos que poderiam ser apresentados: Fernando ORTIZ DE VALDÉS, *Gratulation politico-catholica en la feliz restauracion de Lerida con las noticias historicas, i topographicas de la misma ciudad* (Madrid, Diego Díaz de la Carrera, 1644); e José LAÍNEZ, *Accion de gracias a Dios nuestro señor por la entrada triunfal en la ciudad de Lerida Monarca, Filipe IV el piadoso, rey catolico de las Españas* (Pamplona, s.n., 1644). Acerca da revolta catalã, veja-se, *maxime*, a clássica obra de John H. ELLIOTT, *The Revolt of the Catalans. A Study in the Decline of Spain (1598-1640)*, Cambridge, C.U.P., 1963.

¹⁷ Carlos Ziller CAMENIETZKI, Daniel SARAIVA e Pedro SILVA, «O papel da batalha: a disputa pela vitória de Montijo na publicística do século XVII», *Topoi*, vol. 13, n.º 24 (jan.-jun. 2012) pp. 10-28. Sobre a publicística deste período em Portugal, cf. os trabalhos de Diogo Ramada Curto: Diogo Ramada CURTO, *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1988, e, também, D. Ramada CURTO, *Cultura política no tempo dos Filipes (1580-1640)*, Lisboa, Edições 70, 2011.

feita em solo português). Entre 1641 e 1644 viram a luz numerosos impressos favoráveis às armas de D. João IV, difundindo as vitórias sobre as forças de Filipe IV e procurando transmitir confiança aos que apoiavam a ruptura com a Monarquia. Pode portanto afirmar-se que, ao longo dos primeiros anos do conflito luso-espanhol, as «guerras de palavras» foram mais intensas do que as trocas de tiros¹⁸.

Um outro acontecimento subjacente ao *Discurso* são as negociações que os enviados de D. João IV estavam a desenvolver em Paris, em Haia e em Londres, nas quais os portugueses procuravam apoio contra Filipe IV. Neste escrito de Braz da França há igualmente ecos das conversações que decorriam em Münster e em Osnabrück, com os lusos a procurarem «limpar» a sua imagem de «rebeldes»¹⁹. Também ecoa, neste impresso, o conflito entre D. João IV e a Santa Sé, e, em especial, o problema da nomeação de dignitários para os bispados portugueses que vagaram após 1640²⁰.

Pressente-se igualmente, no *Discurso*, a tensão entre os portugueses que apoiavam a revolta de 1640 e aqueles que decidiram permanecer fiéis a Filipe IV²¹. A esse respeito, é importante salientar que, na publicística que se destinava a esse teatro de guerra, as referências anti-portuguesas nem sempre foram desenvolvidas de um modo extremo. Apesar de serem muitos os impressos que atacaram os Bragança e que apresentaram um conteúdo francamente xenófobo, circulou então a ideia de que a revolta era um movimento sectário, que D. João IV era apoiado por uma pequena parcela da população e que nem todos os portugueses deviam ser tratados como «rebeldes». No prefácio à sua obra de 1644, atrás referida, o padre Seyner adverte que, ao longo do seu livro, quando usa o termo «'Portugueses' no es mi intencion hablar de toda la Nacion en comum, sino de solo los sediciosos, que fueron la leuadura de toda aquella masa, y los motores del leuantamiento.

¹⁸ Cf. María Soledad ARREDONDO, *Literatura y propaganda en tiempo de Quevedo: Guerras y plumas contra Francia, Cataluña y Portugal*, Madrid, Univ. Navarra/Iberoamericana/Vervuert, 2011, sobretudo pp. 278 e segs.; veja-se, também, de Daniel SARAIVA, «L'âme des royaumes: l'opinion à l'époque moderne et la polémique autour de la bataille de Montijo (1644-1645)», *Histoire et civilisation du livre. Revue internationale*, vol. IX (2014), pp. 173-191.

¹⁹ Cf. Pedro CARDIM, «"Portuguese Rebels" at Münster. The diplomatic self-fashioning in the mid-17th century European Politics» in Heinz DUCHHARDT (org.), *Der Westfälische Friede. Diplomatie, politische Zäsur, Kulturelles Umfeld, Rezeptionsgeschichte*, Munique, R. Oldenbourg, 1988, pp. 293-333.

²⁰ A. Antunes BORGES, «Provisão dos bispados e Concílio Nacional no reinado de D. João IV», *Lusitania Sacra*, 2 (1957), pp. 111-219, e 3 (1958), pp. 95-164; veja-se, também, G. SABATINI, «Entre o Papa e o rei de Espanha...», cit., 2013, pp. 349-389.

²¹ Fernando BOUZA, «Entre dos reinos, una patria rebelde: Fidalgos portugueses en la monarquía hispánica después de 1640», *Estudis: Revista de historia moderna*, n.º 20 (1994), pp. 83-104; também de F. BOUZA, veja-se «Papeles, Batallas y Público Barroco. La Guerra y la Restauración Portuguesa en la Publicística Española de 1640 a 1668», site «Sala das Batalhas», Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, <http://www.frenteira-alorna.pt/Textos/papelesbatalhas.htm> (Março de 2005).

Pues fuera ofensa, y graue, deslustrar a bulto (en lo general de sedicioso) tanta Nobleza como quedò sin mancha....»²². Além disso, muitos estavam convencidos de que o regresso de Portugal à obediência a Filipe IV não iria tardar, razão pela qual a questão da reconciliação e do perdão esteve sempre na ordem do dia. Aliás, antevendo esse acontecimento, o Monarca Católico continuava a contar com uma «corte portuguesa» em Madrid²³.

Num estudo recente dedicado a estes temas, Fernando Bouza afirmou que existe um certo desequilíbrio entre, por um lado, a enorme quantidade de propaganda produzida pelos portugueses e, por outro, a resposta da Monarquia a essas manobras publicísticas. Tal decorre do facto de a principal prioridade para a Monarquia, durante esses anos, ter sido o confronto com a França, em especial na Catalunha²⁴. Bouza assinala, por outro lado, que muitos dos textos que atacaram D. João IV e os seus apoiantes foram promovidos por portugueses fiéis a Filipe IV, alguns dos quais eram, também, notórios críticos do regime de Olivares. Não estranha, portanto, que esses escritos, para além de críticas aos «rebeldes de Portugal», contivessem ataques contra o conde-duque, bem como longas reflexões sobre o estado em que se encontrava a Monarquia²⁵.

Vivia-se uma época em que a Monarquia estava a transitar para um outro modelo governativo, embora tardasse a definir, de um modo claro, as suas intenções, em especial para o «Portugal rebelde». As opiniões estavam muito divididas a respeito da melhor forma de lidar com a revolta portuguesa. De um lado encontravam-se os que defendiam uma ofensiva militar maciça que terminasse de vez com a resistência. Do outro, aqueles que eram da opinião de que tal ofensiva militar não seria viável devido à fraqueza em que se encontrava a Monarquia, defendendo, em vez disso, outras formas de atacar os «rebeldes», como por exemplo a intriga, a propaganda ou a desinformação²⁶. Para além disso, e em paralelo, estava em curso a ofensiva de Filipe IV na Catalunha, a qual constituía uma espécie de «espelho» no qual os apoiantes do duque de Bragança poderiam ver o que lhes iria

²² SEYNER, *Historia del levantamiento de Portugal...* (Saraçoça, Pedro Lanaja y Lamarca, 1644).

²³ F. BOUZA, «Entre dos reinos, una patria rebelde», cit., 1994, pp. 83-104. Acerca do perdão a conceder aos portugueses, cf. Pedro CARDIM, «Portugal unido y separado. Propaganda y discurso identitario entre Austrias y Braganzas», *Espacio, Tiempo y Forma*, serie IV, Historia Moderna, t. 25 (2012), pp. 48 e segs.

²⁴ F. BOUZA, «Papeles, Batallas y Público Barroco», cit., 2005, pp. 13-15.

²⁵ F. BOUZA, veja-se «Papeles, Batallas y Público Barroco», cit., 2005, pp. 14 e segs.

²⁶ Acerca deste debate veja-se, de Erasmo BUCETA, «Informe del Duque de Villahermosa a Felipe IV sobre la recuperación de Portugal», *Boletín de la Academia de la Historia*, 103 (1933), pp. 716-736. Esta foi uma das primeiras reaparições do 3.º duque de Alba nos textos posteriores ao 1 de Dezembro de 1640. O duque de Villahermosa rememorou a campanha de 1580 liderada pelo duque de Alba, procurando dela retirar ensinamentos para a guerra que se travava na década de 1640. Veja-se, também, o *Discurso, y sumario de la guerra de Portugal, y sucesos della / compuesto por Francisco Diaz de Vargas...* (Saraçoça, Pedro Verges, 1644).

acontecer, em termos militares e não só, a partir do momento em que as armas de Filipe IV se voltassem contra as fronteiras portuguesas²⁷. Recorde-se que, na sequência da restauração do seu domínio sobre Lérida, Filipe IV visitou a cidade e fez questão de jurar os foros da Catalunha, numa cerimónia amplamente difundida pela propaganda.

É precisamente no debate sobre o devir de Portugal que Braz da França, autor do *Discurso del duque de Alba*, pretende intervir. Como veremos, uma boa parte do texto é dedicada à discussão sobre a guerra contra Portugal, mas são também muitas as suas considerações acerca do carácter dos lusos e da sua relação com a Monarquia. Significativamente, nessa reflexão evoca-se, em vários momentos, o precedente da campanha militar de 1580, ou seja, a famosa ofensiva militar comandada pelo 3.º duque de Alba que levou à conquista de Portugal e à entrada deste reino na Monarquia de Filipe II.

Como já referi, Braz da França apropriou-se de um texto já existente: o conselho anónimo sobre a recuperação de Portugal. Importa referir que não foi possível localizar qualquer exemplar impresso deste escrito. Foi identificada, no entanto, uma cópia manuscrita no Arxiu Històric de la Ciutat, em Barcelona, num códice que reúne escritos da autoria do polígrafo português Francisco Manuel de Melo²⁸. É muito pouco o que se sabe sobre este texto atribuído a um «conselheiro castelhano» cujo nome não é referido. O seu autor começa por dizer que escrevia aquele conselho em resposta a uma ordem régia de “seys de março passado 1641” na qual “me manda vuestra magestad le diga mi parecer sobre lo que será más conveniente a su real servicio para la recuperación de Portugal”.

Seja como for, esse conselho anónimo terá circulado, impresso e manuscrito, e, ao que parece, teve uma forte repercussão em Portugal, acima de tudo por causa das acusações que nele eram feitas aos portugueses, colocando em causa a sua idoneidade e a sua reputação. A fim de atacar esse escrito, Braz da França resolveu mobilizar o falecido 3.º duque de Alba e levá-lo a comentar a proposta do conselheiro. Em seguida, na segunda parte do *Discurso*, fez com que o duque de Alba apresentasse a sua própria proposta sobre a melhor forma de lidar com Portugal. Acontece que, ao escolher uma figura como o duque de Alba, o autor deste impresso inscreveu o *Discurso* num debate mais antigo, o qual remontava a 1580. Refiro-me à inicial oposição de Alba, e de outros aristocratas, à incorporação de Portugal,

²⁷ Sobre esta articulação com a Catalunha, veja-se, *maxime*, Maria de los Ángeles PÉREZ SAMPER, *Catalunya i Portugal el 1640: dos pobles en una cruilla*, Barcelona, Curial, 1992; para a sua expressão na publicística, veja-se, de Vanda ANASTÁCIO, «Conflitos e contactos na Ibéria: as relações entre Portugal e a Catalunha em 1640 nos ‘papéis’ da Restauração» in Tobias BRANDENBERGER, Elisabeth HASSE e Lydia SCHMUCK (orgs.), *A Construção do Outro: Espanha e Portugal frente a frente*, Tübingen, Calepinus Verlag, 2008, pp. 59-85.

²⁸ No Arxiu Històric de la Ciutat, em Barcelona, existe uma cópia manuscrita do conselho anónimo dirigido a Filipe IV acerca da recuperação de Portugal: ARXIU HISTÒRIC DE LA CIUTAT [AHC], Ms. B – 151: http://mcm.iec.cat/veure.asp?id_manuscrits=1186.

descrita, por exemplo, nas ‘Relaciones’ de Antonio Pérez, publicadas a partir de 1591, texto que Braz da França provavelmente conhecia. E refiro-me, também, à polémica acerca da forma de união de Portugal com a Monarquia de Filipe II, polémica essa que teve início logo após 1580 e que se centrou em questões como a natureza da união entre o reino português e os domínios dos Áustrias²⁹, ou o papel desempenhado pelo duque de Alba na operação militar que culminou na conquista de Portugal.

Como muito bem demonstraram Fernando Bouza Álvarez³⁰ e Rafael Valladares Ramírez³¹, a campanha militar liderada pelo duque de Alba suscitou inúmeros debates. A decisão de Filipe II de preservar os foros portugueses, depois da vitória alcançada por Alba, foi especialmente discutida. Para alguns, essa resolução foi uma demonstração de prudência governativa, já que permitiu a Portugal ingressar na Monarquia preservando os seus foros. Outros, pelo contrário, consideraram que terá sido uma decisão negativa, por ter conferido demasiados privilégios aos portugueses, os quais, lembravam, tinham «pegado em armas» contra Filipe II. Muitos acusavam este monarca de ter perdido uma excelente oportunidade para submeter, de uma vez por todas, os portugueses, alegando que a sua suposta moderação havia proporcionado argumentos a todos os lusos que, a partir de 1581, resistiram contra as medidas governativas dos Áustrias³².

Os debates sobre o que sucedeu em 1580 inspiraram inúmeros textos, manuscritos e impressos. Tais textos foram sobretudo redigidos durante os sessenta anos em que Portugal fez parte da Monarquia Hispânica³³. Contudo, depois de 1640 o caudal da publicística dedicada ao momento fundacional do Portugal dos Áustrias manteve-se, pois a propaganda explorou o tema até à exaustão. De um lado encontrava-se a publicística pró-D. João IV, a qual apresentou os acontecimentos protagonizados por Alba como o melhor exemplo da suposta violência e tirania castelhanas em Portugal. Quanto à propaganda pró-Filipe IV, rememorou os eventos de 1580 tendo

²⁹ Acerca do contexto no qual se inscreve este debate, veja-se, de Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, «Unión de almas, autonomía de cuerpos: sobre los lenguajes de unión en la Monarquía Católica» in Manuel-Reyes GARCÍA HURTADO (org.), *Modernitas. Estudios en Homenaje al Profesor Baudillo Barreiro Mallón*, Corunha, Universidade da Coruña, 2008, pp. 111-119; também de P. FERNÁNDEZ ALBALADEJO, «Common Souls, Autonomous Bodies: the language of Unification under the Catholic Monarchy, 1590-1630», *Revista Internacional de Estudios Vascos*, Cuad. 5 (2009), pp. 73-81.

³⁰ Veja-se o conjunto da obra de Fernando BOUZA ÁLVAREZ, em especial o recente *Felipe II y el Portugal 'dos povos'. Imágenes de esperanza y revuelta*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2010, pp. 57 e segs.

³¹ Rafael VALLADARES, *La conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política en Portugal, 1578-1583*, Madrid, Marcial Pons, 2008, pp. 281 e segs.

³² Sobre este tema veja-se, de Jean-Frédéric SCHAUB, *Portugal na Monarquia Hispânica*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

³³ Analisei esse corpus no livro *Portugal unido y separado. Felipe II, la unión de territorios y la condición política del reino de Portugal*, Valladolid, Universidad de Valladolid/Cátedra «Felipe II», 2014.

em vista não só defender a honra de Filipe II, mas também reiterar que Portugal tinha sido agregado à Monarquia Hispânica não propriamente através das armas (numa operação de conquista), mas sim mediante a negociação e um pacto respeitador dos foros portugueses. Este foi um dos argumentos que os publicistas ao serviço de Filipe IV mais utilizaram para retirar razão à revolta lusa de 1640.

Muitos são os exemplos que poderiam ser aqui apresentados sobre o modo como se desenrolou este debate após 1640 e acerca da presença do 3.º duque de Alba nessa polémica. Refira-se, a título ilustrativo, a reedição de um texto escrito, em 1581, por Francisco Díaz de Vargas, intitulado *Discurso y sumario de la guerra de Portugal y sucesos della* (Saragoça, Pedro Vergés, 1644). Como assinalou Rafael Valladares, a reedição, em 1644, de um texto que relata a campanha de 1580-81 é tudo menos inocente e relaciona-se com o contexto de debate que descrevi no parágrafo anterior³⁴. Referência, também, para uma biografia do 3.º duque de Alba publicada em 1643, da autoria de Juan Antonio de Vera y Figueroa, intitulada *Resultas de la vida de don Fernando Álvarez de Toledo, Tercero Duque de Alba...* (Milão, 1643).

Antes e depois de 1640 registou-se, portanto, uma intensa reflexão sobre o duque de Alba e acerca da sua ofensiva militar contra Portugal, e nela D. Fernando Álvarez de Toledo foi associado quer à conquista de Portugal, quer à negociação que teve lugar em 1580-81.

O comentário antes do *Discurso*

Na carta que dirigiu a D. João IV, acompanhando o manuscrito do *Discurso*, Braz da França descreveu, com as seguintes palavras, a pequena obra que tinha acabado de redigir:

«Offerese Bras da frança a V Mgde. os trabalhos do seu entendimento na jnclusa resposta ao conselho que deu a el Rej de Castella sobre a recuperação de Portugal con dois descursos mais (que tudo V Mgde. lhe mandou lhe desse logo que os acabasse). O primeiro se podera Castella faser tal guerra a este Reino que consiga a recuperar lo, no qual mostra que não, antes que fazendo lhe gerra sera sempre con seu maior danno. O segundo qual sera de mais conveniencia destado a el Rej de Castella faser gerra ou Pazes com Portugal, no qual mostra que para sua propia conservação lhe conuem faser Pazes con V Mge.; vaj tudo descursado en nome do Duque d Alua grande conselheiro destado e capitão de Carlos Quinto e de seu filho Felipepe segundo»³⁵.

«V Mgde. lhe mandou lhe desse logo que os acabasse». A acreditar nesta frase, o líder do Portugal dos Bragança terá pedido a Braz da França que lhe

³⁴ Rafael VALLADARES, *La conquista*, cit., 2008, pp. 281 e segs.

³⁵ BPA, cód. 50-V-38 f. 349 (Resposta de Braz da França ao Conselho que se deo a ElRei de Castella sobre a recuperação de Portugal, s.d.).

entregasse um exemplar do *Discurso* mal este estivesse concluído. É difícil dizer se este comentário deve ser interpretado de uma forma literal, ou se, em vez disso, reflecte o desejo de captar a atenção de D. João IV.

Braz da França, na sua resposta ao conselho anónimo, em vez de escrever um longo tratado, optou por uma solução mais engenhosa e, até, inesperada: recorrendo ao falecido 3.º duque de Alba, transportou-o para a década de 1640 e levou-o a comentar o conselho que tanto tinha escandalizado D. João IV e aqueles que o apoiavam. Braz da França recorreu a uma pessoa que tinha morrido em 1582 e fê-la comentar os acontecimentos da década de 1640, referindo que o falecido duque prestava esse serviço com a finalidade de travar o declínio da Monarquia. No corpo do texto – que, por vezes, assume uma forma quase dialogal – as propostas do conselheiro e as intervenções do duque estão claramente individualizadas, de modo a que o leitor não tenha qualquer dúvida sobre o que pertence a um e a outro.

A comparação entre o manuscrito autógrafo³⁶ e o texto que acabou por ser impresso revela pequenas diferenças entre ambos os escritos. Na sua passagem para a letra de forma o texto sofreu várias mudanças estilísticas, quase todas bastante pontuais, como por exemplo a substituição de alguns lusitanismos por palavras em castelhano, ou o abreviar de certas frases. Alguns casos há, no entanto, em que a substituição de uma palavra por outra visou dar mais contundência à crítica veiculada pelo texto. Além disso, e como assinalarei mais adiante, três frases que constam do manuscrito não aparecem na versão impressa.

Vimos já que, na primeira parte do *Discurso*, o conselho anónimo para a recuperação de Portugal é comentado pelo falecido duque de Alba. O ponto de partida para esse fictício confronto de ideias é a situação de «ruina de la monarquía» provocada pelas revoltas da Catalunha e de Portugal. O conselheiro apresenta-se como um ministro convencido de que sabe o que tinha de ser feito para restaurar, tão depressa quanto possível, a soberania de Filipe IV em Portugal. Assim, a fim de contextualizar a sua proposta começa por aludir aos debates acerca da forma como Portugal se tinha unido à Monarquia espanhola. Segundo o conselheiro, o reino luso tinha sido, sem qualquer dúvida, conquistado, mas, a despeito disso, acabou por ficar com demasiada autonomia. Filipe II deu a Portugal a possibilidade de preservar os seus foros, mas as más intenções dos portugueses, sempre preocupados em fiscalizar os termos da união, tinham «deitado tudo a perder». Além disso, baniram do reino português e das suas conquistas, «com todo o rigor», os demais vassallos da Monarquia, tratando-os como se estes fossem citas ou turcos. Dessa forma, e com o seu alegado egoísmo, os portugueses deram um péssimo exemplo aos demais vassallos de Filipe II³⁷:

³⁶ BPA, cód. 50-V-38, 350-363v.

³⁷ *Discurso del duque de Alba al catolico Felipe IV sobre el consejo, que se le diò en abril pasado, para la recuperaciòn de Portugal...* (s.l., s.e., s.d.), f. 1v.

«porque aquel Reyno [de Portugal] solo fue conquistado en el nombre, y no en el efecto, quedando rico, y abundante con los mismos privilegios, y más de los que tenia; los Grandes y nobleza en sus casas, el pueblo sin opression, y por dezirlo todo, los Portugueses con el govierno, y todos los más vassallos de V. Magestad privados, y bandidos de las Iglesias, Magistrados, gobiernos, encomiendas, y todo quanto ay en aquel Reyno, y con tanto rigor observado de los Portuguezes, como se fueros Scytas, o Turcos; inadvertencia tan dañosa, y grande, que vienen sus accidentes oy a conquistar toda la monarquia»³⁸.

Na sua primeira intervenção, e comentando o retrato que o conselheiro traçou dos acontecimentos de 1580-81, o duque de Alba afirma que Filipe II deu autonomia aos portugueses porque sabia perfeitamente que, na crise sucessória, D. Catarina de Bragança era a pretendente com mais direitos. Por isso, às razões que tinha, esse monarca juntou as da «su conveniencia de Estado, y unas, y otras con su prudencia, y fuerças», acabando por fazer constar, *urbi et orbi*, que tinha incorporado Portugal como se fosse um reino herdado (e não como uma conquista). O duque considera que seria estranho se Filipe II, depois de ter feito esse anúncio, tratasse Portugal como um reino conquistado e suprimisse os seus privilégios reinícolas. Se o tivesse feito, teria sido considerado um tirano³⁹. «Que exemplo daria al mundo el Rey Catholico?»⁴⁰, pergunta o duque de Alba. Neste seu primeiro comentário às propostas do conselheiro percebe-se que o duque está empenhado na preservação de um entendimento católico de realza⁴¹.

Ao longo do texto são também estabelecidos paralelos entre certos episódios da Antiguidade e a revolta portuguesa de 1640. O conselheiro evoca Salmanasar V, o rei assírio que conquistou Israel e que, após a conquista, levou a família real e «transplanto toda la nobleza y pueblo de las dies tribus en diferentes Provincias de sus Reynos, y a las nuevamente conquistadas embió nuevos habitantes»⁴². Para o conselheiro, esse monarca assírio tomou tal decisão apesar de ter menos motivos para dispor daquele

³⁸ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 1v.

³⁹ Acrescenta, para além disso, que tal gesto iria irritar desnecessariamente os portugueses, com a agravante de os povos de Itália e da Flandres estarem então muito atentos ao que se passava em Portugal, tomando como exemplo o seu processo de inserção na Monarquia de Filipe II.

⁴⁰ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 2.

⁴¹ Sobre este tema, veja-se, *maxime*, Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, «Católicos antes que ciudadanos: gestación de una “Política Española” en los comienzos de la Edad Moderna» in José Ignacio FORTEA PÉREZ (org.), *Imágenes de la Diversidad. El Mundo Urbano en la Corona de Cantabria (s. XVI-XVIII)*, Santander, Universidad, 1997, pp. 103-127; e, também, de José MARÍA INURRITIGUI, *La Gracia y la República. El lenguaje político de la teología católica y el Príncipe Cristiano de Pedro de Ribadeneyra*, Madrid, UNED, 1998; Erin ROWE, *Saint and nation. Santiago, Teresa of Avila, and plural identities in early modern Spain*, University Park, Pennsylvania State University Press, 2011.

⁴² *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 2. O episódio é narrado na *Bíblia*, Segundo livro dos Reis, 17-18.

reino e dos hebreus, do que Filipe II tinha em relação a Portugal e aos portugueses. Para o conselheiro, os hebreus eram menos nocivos aos assírios do que os portugueses à Monarquia, pois os lusos, apesar de todos os benefícios que tinham recebido, «...con rabia infernal se han mostrado contra las conveniencias de la monarquia, y gobierno de V. Magestad». Os portugueses tinham «infielos corações» e davam um péssimo exemplo ao resto da monarquia – declarava o conselheiro.

O duque, no entanto, discordou do conselheiro, criticando os líderes que usurpavam e dissipavam os reinos, qualificando-os de «tiranos»⁴³. Afirma que Filipe II não tinha qualquer motivo para mandar os lusos «para otras Provincias, y mandar dellas otros a Portugal, desterrando sin causa, ni justicia unos, y otros de sus patrias, y confundirlo todo siendo Rey Christiano». É notória a aversão do duque pela tirania, pelos reis que se apropriavam de territórios sem títulos legítimos para o fazerem e que exerciam o seu poder de um modo «absoluto».

Além disso, afirma que os portugueses eram o verdadeiro «povo eleito», como se viu nos campos de Ourique com Afonso Henriques, assegurando que tinha chegado o tempo da «restitución del Duque al Reyno»⁴⁴. Assim, imitar Salmanasar V e outros «gentios» não era o melhor caminho para se servir a Deus, pois usar da violência injustificada só fazia com que as pessoas se afastassem do catolicismo. Veiculando uma visão intensamente católica da política, dá o exemplo dos catalães, que, com toda a humildade, tinham mandado à corte embaixadores a pedir perdão e misericórdia pela sua culpa. Segundo o duque, tais representantes catalães acabaram por não ser recebidos porque havia a intenção de convocar, à força, os grandes de Portugal para irem «castigar los Catalanes, y romper sus fueros». Do ponto de vista do duque, tudo fazia parte de um plano urdido pelo valido de Filipe IV: estando Portugal com a sua nobreza ausente, Olivares ficaria em condições de retirar os foros a esse reino e de nele impor muitos tributos. Cumpre notar que, neste passo, a aristocracia portuguesa aparece como a guardiã do particularismo reinícola. Acrescenta o duque de Alba que, se tal tivesse acontecido, seria semelhante ao que Nabucodonosor, no seu tempo, tinha feito, «y aquellos mismos caminos, que el privado de V. Magestad, y sus consejeros tomavan para castigar a todos, y assegurar de unos, y otros, esse mismo tomò Dios para separarlos de Castilla». Importa notar que esta é a única alusão que se faz a Olivares ao longo de todo o texto do *Discurso*, embora o seu nome jamais seja pronunciado.

Todavia, o conselheiro insiste, recordando que, durante os sessenta anos da união, em vários momentos se pensou em «acabar» com Portugal, mas que, por prudência, se tinha demorado a tomar essa medida. Quanto

⁴³ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 2v.

⁴⁴ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 2-2v. No manuscrito da BPA pode ler-se, em vez de «restitución», a expressão «Restauración del Duque al Reyno» (cód. 50-V-38, f. 351).

à grande rebelião de 1640, só confirmava o ódio que todos os portugueses sempre tiveram «...al gobierno, y nacion Castellana»⁴⁵. Dando mostras de uma proverbial animosidade para com os lusos, o conselheiro declara que esse povo era naturalmente avesso a ser dominado por outros, constituindo um caso singular entre «todas las naciones del mundo que no tienen Rey natural».

O duque discorda, uma vez mais, desta perspectiva e refere que o «aborrecimiento de los Portugueses al ageno dominio...» não era nem singular, nem «contra natural». Para o duque de Alba esse «aborrecimiento al ageno dominio» estava directamente relacionado com o facto de os lusos terem sido governados por castelhanos. Lembra, a propósito, que também os «Aragonezes, Gallegos, y más Reynos de España» desenvolveram esse mesmo «aborrecimiento [...] al gouierno Castellano, y aun más por estar más impossibilitada su libertad, y desto Cataluña es buen testigo, y Aragón ya dió muestras de su voluntad, y lo mismo hizieron todas las naciones del mundo, que no tienen Rey natural»⁴⁶.

Para além da demonização de Castela, assinale-se, nesta passagem, o uso da palavra «nación»⁴⁷ e, também, o peso da questão da «naturalidade», cada vez mais importante, em termos políticos, durante este período⁴⁸.

É também efectuada, pelo conselheiro, uma comparação entre o 1 de Dezembro de 1640 e a rebelião das dez tribos e do seu «ímpio rei Jerobão» contra o rei David. Recordando que essas dez tribos rebeldes tinham arrasado o reino de Judá para o declínio, insinua que o mesmo poderia suceder à Monarquia espanhola, sendo por isso imprescindível actuar com toda a determinação, pois os «Portuguezes rebeldes» agiam contra Deus⁴⁹.

O conselheiro passa então a um dos temas da sua proposta que mais indignação provocou entre os portugueses: a acusação de que os lusos, e sobretudo os seus reis, tinham feito poucas conversões ao catolicismo na Ásia. Acrescenta que as poucas conversões realizadas se deveram, acima de tudo, ao esforço de «personas religiosas particulares», porque a Coroa não

⁴⁵ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 3.

⁴⁶ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 3.

⁴⁷ Cf. in genere Tamar HERZOG, *Defining Nations. Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America*, New Haven, Yale University Press, 2003; e, também, de José MARÍA INURRITEGUI, «Las virtudes y el jurista: el ‘Emperador Político’ de Francisco Solanes y el amor a la patria», *Pedralbes*, 24 (2004), pp. 285-310.

⁴⁸ Antonio TERRASA, «The Last King’s “Naturais”: Nobility and naturalidade in Portugal from the Fifteenth to the Seventeenth Century», *E-Journal of Portuguese History*, n.º 10-2 (Winter 2012); para uma perspectiva comparativa veja-se, numa cronologia posterior e num outro contexto geográfico, o volume colectivo dirigido por Angela DE BENEDICTIS, Irene Polverini FOSI e Luca MANNORI, *Nazioni d’Italia. Identità politiche e appartenenze regionali fra Settecento e Ottocento*, Roma, Viella, 2012; e, também, Cécile VIDAL (org.), *Français? La nation en débat entre colonies et métropole, XVI^e-XIX^e siècle*, Paris, École des hautes études en sciences sociales, 2014.

⁴⁹ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 3.

tinha feito mais do que «depredar Reynos, y ciudades»⁵⁰. Além disso, acusa os portugueses de só quererem roubar e assevera que, a partir de 1581, «después de la unión de las coronas», a missão católica na Ásia portuguesa tinha cessado, o que, segundo o conselheiro, demonstrava que aquilo que movia os portugueses era o interesse, enquanto a religião constituía, apenas, um «pretexto». Colocava-se assim em causa o carácter católico dos portugueses, pondo-se também em dúvida a sinceridade do seu empenho em levar a palavra de Cristo a todas as partes do mundo.

O duque de Alba discordou veementemente desta avaliação, lembrando que Filipe II, a fim de manter e de dilatar a fé na Europa, «dexó en paz las Provincias Orientales»⁵¹, assim se explicando a alegada interrupção das missões católicas na Ásia. Acrescenta que os lusos eram, de longe, os que mais povos tinham convertido ao cristianismo, tendo trazido para o universo católico muito mais «gentios» na Ásia, do que «los Castellanos en el Occidente». Para reforçar o seu argumento, o duque apoia-se nos escritos de Bartolomé de las Casas e, igualmente, nos «Anales do Inca Garcilaso»⁵², afirmando que, no «Occidente», os castelhanos «tinham dado ao diabo» muitas almas de «gentios», «que martyrizaba su codicia, por les quitar de las tripas las perlas, y esmeraldas, que allá escondian de sus rapinas»⁵³. A par das referências à «lenda negra», neste passo do *Discurso* escutam-se ecos da literatura que, desde há décadas, comparava os vários povos ibéricos, envolvendo-os numa emulação em torno dos seus feitos em prol do catolicismo⁵⁴.

Em seguida, o conselheiro ataca um outro aspecto da reputação dos portugueses. Insistindo na ideia de que o «interesse», a «cobiça» e a «ocasião» eram os principais motores da acção dos lusos, afirma que a revolta de

⁵⁰ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 3v. (no manuscrito pode ler-se, em vez de «depredar», «deseredar», f. 352v.).

⁵¹ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 3v.

⁵² *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 3v.

⁵³ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 3v.; no manuscrito, em vez de «sus rapiñas» pode ler-se «de su ambicion» (BPA, cód. 50-V-38, f. 352v.); neste caso, o texto impresso é mais contundente do que o do manuscrito.

⁵⁴ Veja-se, de Edward GLASER, «El lusitanismo de Lope de Vega: Portugal y los portugueses como tema literario», *Boletín de la Real Academia Española*, tomo XXXIV, cuaderno CXLIII (1955), pp. 5-29; e, de José ARES MONTES, «Portugal en el teatro español del siglo XVII», *Filología Románica*, 8 (1991), pp. 11-29; acerca da interpenetração entre géneros literários e diferentes suportes de comunicação, cf. Laura BASS, *The drama of the portrait. Theater and visual culture in early modern Spain*, University Park, Pennsylvania State University Press, 2008. Sobre a emulação entre os vários povos ibéricos, vide, de Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, «El problema de la “composite monarchy” en España» in I. Burdiel & J. Casey (orgs.), *Identities: nations, provinces and regions (1550-1900)*, Norwich, University of East Anglia, 1999, pp. 185-201; também de P. FERNÁNDEZ ALBALADEJO, «Entre “godos” y “montañeses”. Avatares de una primera identidad española» in A. TALLON (dir.), *Le sentiment national dans l'Europe méridionale aux XVI^e et XVII^e siècles*, Madrid, Casa de Velázquez, 2007, pp. 123-154; veja-se, igualmente, de Xavier GIL PUJOL, «Integrar un mundo. Dinámicas de agregación y de cohesión en la Monarquía de España» in Óscar MAZIN & José Javier RUIZ IBÁÑEZ (orgs.), *Las Indias Occidentales. Procesos de incorporación territorial a las Monarquías Ibéricas*, México, El Colegio de México, 2012, pp. 80 e segs.

1640 punha em perigo a fé católica e que os lusos poderiam até acabar por se transformar em turcos, caso isso fosse da sua conveniência. A acreditar no conselheiro, os lusos eram todos eles dominados pelo interesse, afirmação que, uma vez mais, é refutada por este falecido duque de Alba que, um tanto paradoxalmente, se assume como um grande defensor de Portugal. O conselheiro é retratado como o protótipo do castelhano voluntarista e pouco inclinado a aceitar acordos. Quanto ao duque de Alba, aparece como a personificação da prudência governativa e da experiência militar.

Terminada esta primeira secção dedicada ao carácter dos portugueses e na qual se escutam, já, várias críticas a Castela, o *Discurso* incide na questão que lhe é central: o que fazer perante a revolta de Portugal?

O conselheiro apresenta, então, as três seguintes propostas: antes de mais, a «compra» dos portugueses com graças e mercês régias; depois, a conquista de Portugal com o apoio de holandeses e de ingleses; em terceiro lugar, convencer o papa a usar as censuras eclesiásticas «contra el Bragança, como tambien contra el Reyno». Cada uma destas três propostas será depois criticada pelo «morto» duque de Alba.

Quanto à primeira proposta, comprar os portugueses com graças e mercês régias, o duque começa por lembrar que tinha sido isso o que Filipe II havia feito, mas refere que comprar a fidelidade de vassallos era uma prática «injusta» (uma crítica à suposta venalidade praticada pela Monarquia espanhola em Portugal) e uma solução pouco duradoura. Acrescenta que, seis décadas mais tarde, os lusos sabiam que, se Filipe IV recuperasse o reino, os iriam «sin duda unir a Castilla», e sabiam igualmente que todos os documentos oficiais passariam a ser escritos em castelhano e que tudo se passaria a tratar nessa língua⁵⁵.

O conselheiro considera que se deveria aproveitar a restauração do domínio de Filipe IV em terras lusas para levar a cabo uma verdadeira «castelhanização» de Portugal:

«recuperando V. Magestad el Reyno para assegurarse dellos, los ha sin duda unir a Castilla, y las escrituras publicas se han de hazer en lengua Castellana para ser valiosas, y para que se hable en ella, y sea todo una lengua, y que sus encomiendas, y dignidades se han de proveer en Castellanos, y todo el gobierno, quedando ellos de fuera para pretenderen en Castilla, Flandes, y Italia, y que esto no puede dexar de ser para se assegurar V. Magestad del Reyno»⁵⁶.

O conselheiro insiste naquilo que poderia ser apelidado de «colonização» de Portugal. Uma vez consumada a vitória de Filipe IV, era premente trazer população forasteira e fixá-la no território português, num processo pelo conselheiro apelidado de «nuevas colonias». Ao mesmo tempo, impunha-se retirar de Portugal a sua nobreza e o seu povo, para em seguida serem

⁵⁵ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 4.

⁵⁶ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 4.

dispersados pelas diversas partes da Monarquia. O conselheiro advoga, portanto, uma solução assimilativa e uma espécie de diluição de Portugal no conjunto da Monarquia:

«Y con tanta mayor seguridad, quanta será la con que V. Magestad dispondrá el gobierno de aquel Reyno una vez conquistado, y entonces se podrá llamar verdaderamente unido al cuerpo de la monarquia, si V. Magestad con nuevas colonias, y vassallos cultivare, y habitare aquella tierra, embiando en contracambio a habitar sus Reynos, y Provincias la nobleza, y pueblo de aquel Reyno, que si assi se huviera executado, como V. Magestad, su padre, y aguelo en tantos consejos tenian establecido, no se viniera a la fatalidad presente, y fueran oy todos Castellanos, y no huviera separacion de lengua, y gouierno, siendo todo comun, como lo es la ley, y la monarquia»⁵⁷.

Note-se, neste passo, o recurso ao termo «colónia» – muito pouco frequente no léxico luso daquele tempo – para designar a transplantação de gente forasteira para Portugal. Atendendo a que, um pouco mais à frente, se volta a falar num Portugal «... plantado de outra gente», esta proposta não deixa de evocar o que a Inglaterra estava a levar a cabo, desde a segunda metade do século XVI, na Irlanda⁵⁸.

O duque reage com indignação e declara que, se os portugueses escutassem tal conselho, iriam certamente ficar chocados. «Plantar colónias», uma prática conotada com a ocupação ilegítima de uma terra e marcada por uma violência injustificada, estava longe de ser a maneira como os governantes católicos gostavam de conceber as suas incorporações territoriais, tanto na Europa quanto fora dela⁵⁹. Para o duque, entregar o governo de Portugal a castelhanos e mandar os portugueses para cargos fora do seu reino equivalia a «reduzir Portugal de reino a província». No fundo, seria parecido com o que se tinha passado na Galiza, um «reino» que, segundo ele, Castela também tinha «reduzido a província»:

«y como sufrirá que un Reyno tan luzido [como o português] hecho por sus antepassados con tanta loa, y gloria suya, quede una miserable provincia, como Galicia sugeta a Castilla, siendo ellos en si todos tan hombres; y si son tan interesados, como dize el consejero, con que mercedes podrá V. Magestad contentar a todo?»⁶⁰.

⁵⁷ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 4v.

⁵⁸ Nicholas CANNY, «La incorporación de Irlanda y Escocia a Inglaterra. Una comparación con la Península Ibérica» in Alfredo FLORISTÁN (org.), *1512. Conquista e incorporación de Navarra. Historiografía, derecho y otros procesos de integración en la Europa renacentista*, Barcelona, Ariel, 2012, pp. 453-468.

⁵⁹ Acerca deste tema, veja-se, de Anthony PAGDEN, «Conquest and the Just War. The 'School of Salamanca' and the 'Affair of the Indies'» in Sankar Muthu (org.), *Empire and modern political thought*, Cambridge, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2012, pp. 30-60.

⁶⁰ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 4v. Acerca dos paralelos entre o caso português e a situação da Galiza no seio da coroa de Castela, veja-se, de Luís Adão da FONSECA (coord.), *Entre Portugal e a Galiza (sécs. XI a XVII). Um olhar peninsular*, Porto, CEPESA-Fronteira do Caos, 2014.

Como se pode ver, o duque defende que Portugal, esse «Reyno tan luzido», jamais aceitaria tal situação, acrescentando que comprar os lusos com dons iria contentar, apenas, uma pequena parte deles, pois em Portugal muitos eram os que estavam descontentes com Filipe IV. Teria a Monarquia recursos para comprar todos os portugueses? Ainda por cima, insiste o duque, «siendo el pueblo oy, y los nobles màs resolutos que los grandes, y puestos a perder sus vidas, por conservarse?».

O conselheiro assegura que houve muitas propostas nesse sentido no tempo de Filipe II e de Filipe III e que, caso se tivesse seguido esses conselhos, os lusos não se teriam rebelado e seriam já «todos Castellanos, y no huviera separacion de lengua, y gouierno, siendo todo comun, como lo es la ley, y la monarquia»⁶¹. O duque, no entanto, não se mostra convencido e insiste na inviabilidade desta solução.

O conselheiro passa, então, à apresentação da sua segunda proposta: Filipe IV deveria estabelecer uma trégua com os holandeses a fim de que estes se virassem contra os lusos, sobretudo «en las conquistas de Portugal», ou seja, os territórios fora da Europa. Para ser eficaz, esse acordo teria de garantir aos holandeses que poderiam ficar com as terras que conquistassem aos lusos. Uma vez perdidas as «conquistas», o conselheiro assegurava que, em menos de dois anos, Portugal deixaria de ter recursos para a guerra e, para além disso, os holandeses receberiam do monarca católico o que em breve iriam conquistar aos rebeldes portugueses.

São vários os aspectos desta proposta que importa ressaltar. Antes de mais, ela é reveladora da menor influência do catolicismo nas relações entre os diversos potentados europeus. Além disso, ela mostra, também, que o autor do *Discurso* conhecia o teor das negociações diplomáticas então em curso em Haia, em Múnster e em Londres, nas quais os diplomatas portugueses estavam a oferecer parcelas dos seus territórios ultramarinos em troca de uma aliança contra Filipe IV. Nessas negociações também se falava na possibilidade de um acordo entre a Monarquia espanhola e as Províncias Unidas. O conselheiro chega ao ponto de defender que Filipe IV deveria incitar os ingleses a atacar os portugueses na China e nas Índias Orientais.

O conselheiro aposta, portanto, numa aproximação entre Filipe IV e os protestantes. No entanto, no seu comentário o duque uma vez mais discorda veementemente desta via, dando outra demonstração de apego a uma concepção católica da política. O duque recorda que à Holanda e à Inglaterra convinha muito mais um Portugal «separado, que conquistado por V. Magestad», acrescentando que, seguir o caminho da aliança com os neerlandeses e com os ingleses, seria contrário ao catolicismo e equivaleria a entregar os territórios ultramarinos a «hereges». Para o falecido duque de Alba, pior do que permitir que os portugueses se tornassem turcos seria deixá-los passar para o campo dos «hereges». Acrescenta que, no caso de os territórios

⁶¹ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 4v.

ultramarininos dos portugueses serem ocupados por protestantes, Filipe IV ficaria depois com a «obrigação» de os reconquistar.

Convém notar que, nesta passagem, o falecido duque pede perdão ao rei por falar de forma «licenciosa», dizendo que «a solas todo se puede dezir, porque entrambos lo sabemos todo...». Por outras palavras, transmite a ideia de que estava a ter uma conversa íntima, e a sós, com Filipe IV⁶². Logo a seguir, afirma que a ambição de dominação universal deveria ser posta de lado, alegando que essa ambição pertencia a um outro tempo, ao passado, e que não se justificava «ressuscitá-la» na década de 1640⁶³. O catolicismo patenteado pelo duque de Alba não é universalista, mas sim «hispanico», pois defende que a Monarquia deveria abdicar da ambição de domínio universal e concentrar-se nas terras que detinha na Península Ibérica⁶⁴. Mais adiante o duque voltará a abordar este tema.

Em seguida é apresentado o terceiro conselho formulado pelo conselheiro: convencer o papa a usar as censuras eclesiásticas «contra los Bragança, como tambien contra el Reyno»⁶⁵, bem como convocar os príncipes cristãos para a reconquista de Portugal, retratando essa guerra como uma questão de fé. O conselheiro advoga, portanto, a instrumentalização da religião para que a opinião fosse mobilizada contra os apoiantes dos Bragança, caracterizados como perturbadores da fé católica. Muito embora reconhecesse que, «por el estado presente de Europa, poco se hará», o conselheiro defende que seria muito vantajoso, para Filipe IV, que os predicadores, em todos os lugares, «exorten los pueblos para esta guerra como causa de la fé»⁶⁶.

Uma vez mais o duque duvida da eficácia desta medida. Insistindo na ideia de que o universalismo católico pertencia ao passado, declara que iria ser muito difícil mobilizar os «Príncipes e nações estrangeiras» para essa luta, sobretudo porque se sabia que, naquele tempo, «todas ellas estan deseando que Castilla se estè en Castilla, Francia en Francia, Italia en Italia, y Alemaña allà con sus Tudescos, y brama cada qual por su natural señor»⁶⁷.

⁶² *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 5v; no manuscrito pode ler-se: «entre nos a solas todo se puede disir, porque lo sabemos todos», BPA, cód. 50-V-38, f. 354v.

⁶³ «esto solo faltava por executar, y acabarlo toda de una vez (perdone Vuestra. Magestad, señor, si hablare licencioso, que a solas todo se puede dezir, porque entrambos lo sabemos todos). Ya, señor, estos pensamientos de dominar todo por fas, o por nefas, estan muertos; no ay aora lugar de resucitarles, porque las reglas de sus aguelos, ya estan sabidas en el mundo, y el quererlas intentar de nuevo, será la perdicion de todo lo que queda a Castilla». *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 5v.

⁶⁴ Acerca do universalismo católico e do seu lugar no imaginário político das duas monarquias ibéricas, veja-se, de Pedro CARDIM e Gaetano SABATINI (orgs.), *António Vieira, Roma e o universalismo das Monarquias Portuguesa e Espanhola*, Lisboa, CHAM, 2011.

⁶⁵ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 5v.

⁶⁶ No Portugal dos Bragança os pregadores desempenharam um importante papel de mobilização política, como demonstrou João Francisco MARQUES em *A parentética portuguesa e a Restauração, 1640-1668. A revolta e a mentalidade*, Porto, INCM, 1989.

⁶⁷ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 5v.

Como se pode verificar, o duque reflecte sobre o estado da Europa do seu tempo e disfere um forte ataque ao carácter «plurinacional» das monarquias, vendo na «naturalidade» e no catolicismo a base para a estabilidade política. «Por ventura es hereje Portugal? Con que razon ha de el Papa hazerle guerra espiritual por la guerra que V. Magestad tiene temporal con el?». Num tom quase desafiador, o duque pergunta se o conselheiro estava a propor uma espécie de «nova cruzada», agora contra Portugal⁶⁸. Para o falecido duque de Alba, tal ideia era, no mínimo, arrojada, lembrando que as autoridades espanholas jamais tinham pensado numa nova «guerra santa» contra a Flandres ou contra a França, e mais recentemente também não se tinha concebido nada de semelhante a propósito da Catalunha.

O conselheiro contrapõe que poderia ser oportuno fomentar desconfianças «entre el Duque [de Bragança], y el Reyno». O conselheiro aposta, pois, numa estratégia de fomento da discórdia no seio dos rebeldes portugueses, por exemplo usando mercadores disfarçados, os quais, «con titulo de Franceses, pueden muy bien tratar alli Flamencos, y Burgoñones»⁶⁹. Podia-se até tentar estabelecer um acordo com o duque de Bragança para que este abandonasse o poder. Porém, na sua apreciação o duque exprime, outra vez, muitas dúvidas a respeito dessa política de dissimulação. Quanto a estabelecer um acordo com o duque de Bragança para deixar de ser rei e desistir da revolta, «es escusado», pois, de acordo com Alba, D. João IV estava resoluto e contava com muito apoio⁷⁰. Insiste igualmente na ideia de que, naqueles anos, o principal elemento de coesão política era o facto de os vassallos poderem falar a sua língua quando se dirigiam ao seu rei: «oy que ja los Portuguezes conocen la diferencia que ay de venir a Madrid a negociar, o ir a Lisboa hablar a su Rey, y responderle en su misma lengua»⁷¹.

De acordo com o falecido Alba, a política de integração dos portugueses na Monarquia tinha fracassado e, segundo o mesmo duque, a responsabilidade por esse fracasso pertencia, toda ela, às autoridades de Madrid, pois tinham tratado os portugueses de uma forma injusta. A culpa pela revolta portuguesa é atribuída não aos lusos, mas sim ao modo como a Monarquia tinha governado Portugal e os demais territórios sob a sua alçada. Este fictício

⁶⁸ Nas considerações que tece sobre a revolta de Portugal, José de Pellicer de Ossau chega ao ponto de retratar a luta contra os rebeldes portugueses e catalães como uma guerra de religião, por causa do apoio que ambos os movimentos tinham recebido por parte da França – Raquel MARTÍN POLÍN, «Pellicer de Ossau: una visión de la monarquía en torno a 1640», *Espacio, Tiempo y Forma, Serie IV, Historia Moderna*, t. 13 (2000), pp. 147 segs.

⁶⁹ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 6.

⁷⁰ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 6.

⁷¹ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 6. Acerca da relação entre língua e política no mundo ibérico deste período, veja-se o excelente estudo de Xavier GIL PUJOL, «Las lenguas en la España de los siglos XVI y XVII: imperio, algarabía y lengua común» in AA.VV., *Comunidad e identidad en el Mundo Ibérico*, València, Universitat de València, Universidad de Granada, Universidad de Murcia, 2013, pp. 81-120.

duque de Alba efectua, aqui, uma crítica ao modo como a Monarquia tinha sido governada e, apesar de o conde-duque de Olivares jamais ser nomeado, este passo mostra que Braz da França era, também ele, um crítico da política levada a cabo pelo famoso valido de Filipe IV. Recorde-se que, nos anos em que o *Discurso* viu a luz, muitos foram os textos que atacaram o conde-duque. Além disso, e como se disse atrás, algumas peças de propaganda foram escritas por críticos do regime de Olivares. Não estranha, portanto, que tais obras contivessem longas reflexões sobre o estado em que se encontrava a Monarquia⁷². É esse o caso, precisamente, do *Discurso* que aqui está a ser analisado.

Continuando a apresentar a sua proposta, o conselheiro, insiste em medidas ainda mais duras:

«los grandes males no tienen sino grandes remedios; es necessario el hierro para prevenir males mortales; no se pueden apuntar a V. Magestad remedios blandos, quando la apostema pide cochillo, y fuego. Portugal es un cancro de la monarquia, y si del quedar la menor raiz, ha de dissipar el cuerpo della»⁷³.

«Portugal es un cancro de la monarquia», uma «hidra» que tinha de ser destruída. Acerca destas afirmações tão contundentes afirma o duque que tudo o que o conselheiro havia proposto iria não só fracassar como, até, agravar a situação. Advoga Alba que, a bem da Monarquia espanhola, se deveria deixar Portugal seguir o caminho da independência. Nesta passagem o duque uma vez mais refere que o teor daquela «conversa» com Filipe IV era sigiloso: «hablo, señor, con V. Magestad a solas, pero hablo claro justificando lo que digo».

No entanto, o conselheiro volta a insistir na tese de que era necessário usar da força para lidar com Portugal e, evocando, de novo, uma leitura organicista do corpo político, declara: «la mayor fuerça de la monarquia será vivir antes sin este brazo, que tenerle contra si»⁷⁴. Refere, também, que os Portugueses estavam tomados pelo ódio e que só iriam aceitar a restauração do domínio de Filipe IV através da força e da «tirania», até porque, insiste, os portugueses tinham um ódio hereditário ao domínio castelhano:

«V. Magestad no espere, ni creya más de Portuguezes de lo que vió, y prové en sesenta años, no piense de no mantener aquel paiz el odio al dominio, sino plantado de otra gente, ni de hazer caso desta, sino la confina del suyo, el odio

⁷² Veja-se, de Fernando BOUZA, «Felipe IV sin Olivares. La Restauración de la Monarquía y España en Avisos» in AA.VV., *Actas de las Juntas del Reino de Galicia*, vol. VI: 1648-1654, Corunha, Xunta de Galicia, 1999, pp. 49-74; sobre a revolta contra Olivares entendida como «defesa de Espanha», veja-se, de Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, «El problema de la “composite monarchy” en España» in I. BURDIEL & J. CASEY (orgs.), *Identities: nations, provinces and regions (1550-1900)*, Norwich, University of East Anglia, 1999, p. 193.

⁷³ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 6.

⁷⁴ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 6v.

al dominio de V. Magestad es hereditario, la naturaleza no se vence con beneficios, y ella vencio tantos como recibio de V. Magestad tanto puede la ingratitud, y la ira.»⁷⁵.

Importa salientar que, nesta passagem, o conselheiro utiliza, uma vez mais, palavras e expressões pouco frequentes no léxico português da época, como por exemplo «odio hereditario al dominio de V. Magestad», «paiz» ou «plantado de outra gente». O termo «nación» também surge – por vezes como substituto de «reino» – com muito mais frequência, neste e em vários outros textos redigidos ao longo desses anos.

Todavia, o conselheiro tem a preocupação de sublinhar que nem todos os portugueses eram de censurar, pois muitos tinham optado por permanecer fiéis a Filipe IV. Esses, por sinal, eram até dignos de um especial elogio:

«Portuguezes ay, que como monstros de aquella nación, son exemplo de fidelidad, y estoy tan lexos de ofenderles en este escrito, que antes sé que me acusan de diminuto, porque la fidelidad no vè más de lo que conviene al principe, que es el fin, y la gloria del vassallo»⁷⁶.

Comentando este passo, o duque volta a divergir do conselheiro, afirmando que os portugueses que tinham regressado a Portugal a fim de apoiarem D. João IV eram muito mais dignos de enaltecimento do que os que haviam optado por manter a sua fidelidade a Filipe IV. O duque lembra que «más Portugueses salieron de Castilla, y su dominio, como monstros de fidelidad Portuguesa, que no quedaron en Castilla como monstros de fidelidad Castellana, y aun estos Dios sabe como và todo...»⁷⁷.

O conselheiro passa depois a defender, uma vez mais, o poder «absoluto» dos reis em situações de extrema necessidade, fazendo a seguinte afirmação:

«El jus de los Reyes, señor, es muy amplo, y con Provincias rebeldas no tiene limite, y en su recuperacion tudo es justo, y honesto a los Principes, y lo será quanto V. Magestad dispuziere para conquistar Portugal, y tanto más fructifero a la monarquia, quanto será mayor la brevedad»⁷⁸.

Para o conselheiro, a situação de rebelião em que se encontrava Portugal justificava o recurso, da parte da realeza, a faculdades especiais e extra-ordinárias, ou seja, o exercício de um poder régio sem limites. Contudo, uma

⁷⁵ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 6v.

⁷⁶ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 6v.

⁷⁷ *Discurso del duque de Alba...*, cit., f. 6v. Sobre o tópico da fidelidade como elemento de enaltecimento de cada um dos vários povos que integravam a Monarquia dos Áustrias, veja-se, de Xavier GIL PUJOL, «The Good Law of a Vassal: Fidelity, Obedience and Obligation in habsburg Spain», *Revista Internacional de Estudios Vascos*, 5 (2009), pp. 83-106.

⁷⁸ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 6v.

vez mais o defunto duque de Alba discorda de uma maneira veemente, exortando Filipe IV a fugir deste conselho, «porque los Reyes que son Christianos tienen por ley, y regla de su jus la razon, y el honesto, y fuera dello no son Reyes, ni Christianos». Propõe, como alternativa, uma visão mais tradicional e católica do poder régio, ao mesmo tempo que condena o poder «absoluto» e declara que essas medidas não eram compatíveis com um «consejero Christiano»⁷⁹. Não deixa de ser paradoxal que o 3.º duque de Alba, famoso pela sua postura favorável a uma realeza «forte»⁸⁰, apareça aqui a defender a moderação do poder régio. Braz da França tira pleno partido deste paradoxo, apresentando o fictício duque de Alba como um verdadeiro «príncipe da paz» – para usar as palavras de Rafael Valladares⁸¹.

O conselheiro propõe que, para a resolução da revolta de Portugal, seria muito importante estabelecer uma trégua em Itália e, também, na Catalunha. Assegura que, com essa trégua, os catalães iriam ver mais claramente a violência que a França tencionava exercer sobre eles. Neste passo o conselheiro fala mesmo em «insolência francesa», apostando, pois, num outro tema muito explorado pela publicística daqueles anos: a comparação entre a dominação exercida pelos franceses (apelidada de «sujeição» e caracterizada como «absoluta», autoritária e violenta) e o estilo governativo da Monarquia dos Áustrias (mais voltado para o respeito do particularismo de cada território)⁸².

Mas o duque uma vez mais manifesta as suas dúvidas, declarando que uma trégua na Itália e na Catalunha dependia fundamentalmente da vontade dos franceses, e que estes jamais iriam aceitar um acordo que não incluísse Portugal, «porque [os franceses] tienen la causa [portuguesa] por suya»⁸³. Note-se, a propósito, que sustentar, em 1645, que os franceses apoiavam inequivocamente Portugal era, no mínimo, forçado. Basta pensar no que se estava a passar, naquela altura, em Múnster e em Osnabrück, em cujas negociações os franceses foram sempre muito ambíguos em relação aos «rebel-des portugueses», jamais os apoiando de uma forma inequívoca. O autor do *Discurso* pretende, pois, difundir a impressão de que a França apoiava incondicionalmente Portugal, o que, como sabemos, estava longe de ser uma

⁷⁹ «Huya V. Magestad, señor, como Rey Catholico, deste consejo, porque los Reyes que son Christianos tienen por ley, y regla de su jus la razon, y el honesto, y fuera dello no son Reyes, ni Christianos, porque este consejero, con los frenesis de aver perdido el tema de su sermon, dió apasionadamente en colerico, y salio de los límites de consejero Christiano, para hazer salir a V. Magestad de los de Rey, para castigar a Portugal quando le conquistare» – *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 7.

⁸⁰ Cf. Fernando BOUZA, *Felipe II y el Portugal 'dos povos'. Imágenes de esperanza y revuelta*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2010, p. 60.

⁸¹ R. VALLADARES, *La conquista de Lisboa*, cit., 2008, p. 282.

⁸² Acerca do tema, veja-se, de Xavier GIL PUJOL, «El discurs reialista a la Catalunya dels Àustries fins al 1652, en el seu context europeu», *Actes del IV Congrés d'Història Moderna de Catalunya: Catalunya i Europa en l'Edat Moderna*, Pedralbes, 18 (1998), vol. II, pp. 475-487.

⁸³ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 7.

realidade⁸⁴. Além disso, e invocando a sua autoridade como chefe militar, afirma que não era viável repetir a ofensiva de 1580-81, porque nessa altura «no avian aun provado los Portugueses el gobierno Castellano, y provavan las mercedes y promessas de futuro, que estimavan ya como posseydas y despues faltaron»⁸⁵.

Segundo Alba, em 1580 os portugueses aceitaram submeter-se a Filipe II porque estavam animados com as mercês e com as promessas que lhes tinham sido feitas. Contudo, a maioria acabou por ficar desapontada, pois essas promessas não foram concretizadas e o prémio só foi dado a uns poucos. Uma vez mais aparece, no *Discurso*, a crítica ao modo como a Monarquia havia tratado os lusos e a sugestão de que estes possuíam boas razões para se terem rebelado.

O conselheiro volta então a insistir numa política de divisão interna dos rebeldes. Sugere que se fosse nomeando

«las encomiendas, obispados y gobiernos, y más oficios de aquella corona a los mismos sujetos, que oy se hallan en Portugal, aunque sea en los màs obstinados, lo que no podrá dexar de causar grandes desconfianças entre todos, y el pueblo rudo vendrá a brotar contra la nobleza, y Bragança vivirá entre temor y sospechas de sus màs obligados»⁸⁶.

A acreditar no conselheiro, a causa de Filipe IV iria beneficiar da tensão que essa política de nomeações iria gerar. Pronunciando-se sobre esta proposta do conselheiro, o duque tece o seguinte comentário:

«En verdad, señor, que ha pocos dias que yo creya, que este papel hiziera algun Portuguez, fingiéndose Consejero de V. Magestad, mas quando vi executarse este consejo, y nombrar V. Magestad Arçobispos en Portugal, llorando los cosejos [sic] de Castilla a ruegos de sus aguelos, sali al mundo a remediar lo que pudiere»⁸⁷.

O duque de Alba afirma que tinha conhecimento de que o rei de Castela estava a conceder comendas e bispados de Castela a apoiantes de D. João IV,

⁸⁴ Pedro CARDIM, «Os “rebeldes de Portugal” no congresso de Münster (1645-1648)», *Penélope. Fazer e desfazer a história*, 19-20 (1998), pp. 101-128.

⁸⁵ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 7.

⁸⁶ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 7-7v.

⁸⁷ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 7v. Neste passo Braz da França está provavelmente a aludir à instrução de 6 de Abril de 1645 sobre a nomeação de prelados para as dioceses portuguesas, instrução essa que o governo de Madrid enviou para o conde de Siruela, embaixador da Monarquia em Roma – cf. A. Antunes BORGES, «Provisão dos bispados e Concílio Nacional no reinado de D. João IV», *Lusitania Sacra*, 2 (1957), pp. 111-219, e 3 (1958), pp. 164-165; agradeço a Daniel Carvalho a chamada de atenção para esta questão. Veja-se, também, a *Carta de Felipe IV al Conde de Siruela, su Embajador en Roma, sobre lo que se escribió acerca de las revoluciones de Cataluña y Portugal y las gestiones que se debían hacer con el nuevo Pontífice...* (1645).

mas garante que tal política só iria gerar problemas, pois era estranho o rei «premiar» pessoas que, pouco tempo antes, tinha qualificado como «rebeldes».

Terminada a sua proposta, o conselheiro pede clemência pelos erros que tinha cometido no seu «pobre arbítrio», garantindo, porém, que a sua intenção era a melhor. A esse respeito, o duque defende que o conselheiro merecia a clemência do rei, mas reconhece que tinha, de facto, «falta de talento», pois aquilo que havia proposto estava mais orientado para «governar Portugal com rigor», do que para a conquista desse reino.

A proposta do duque de Alba

Encerrado o comentário às propostas do conselheiro, chega o momento de o falecido 3.º duque de Alba apresentar a sua proposta para a revolta portuguesa. O defunto Alba fá-lo em nome do que apelida de «razon de estado», frisando o seu total desinteresse e lembrando o estado – morto – em que se encontrava. A sua proposta era, por isso mesmo, totalmente isenta de interesse, pois, estando morto, nada tinha a ganhar ou a perder.

No seu «discurso» Alba anuncia que iria dar resposta às duas seguintes perguntas: «Castilla podrá hazer tal guerra a Portugal, que resulte della su recuperación?»; e «qual sea de más conveniencia de estado a S. Magestad, si hazer guerra, o pazes con Portugal?».

No que toca à primeira pergunta, se Castela estava em condições de derrotar Portugal, o duque reconhece que era audacioso colocar a questão nesses termos, «considerando el poder, y monarquia de Castilla en su grandeza, y el poco, y limitado Reyno Portuguez en sus confines», ainda por cima sendo Portugal «un estado vezino con tan abiertos confines». Contudo, defende que, estando a Monarquia «tão decaída», não era de prever que, naquela altura, tivesse capacidade militar para conquistar Portugal. Lembra que, até àquela data, Filipe IV não tinha conseguido mais do que fazer uma guerra de razias («algunas correrias de poco momento»).

Voltando a pedir perdão ao monarca por ser tão frontal e directo, e por estar a dizer «puras verdades sin lisonja»⁸⁸, insiste no argumento do «rei natural» e da força que tal factor tinha adquirido naquela conjuntura. A acreditar no duque de Alba, o tempo transcorrido desde o início da revolta portuguesa tinha levado o povo a «amar» ainda mais o novo rei D. João IV, até porque já havia tido a oportunidade de comparar o governo dos Áustrias com a governação levada a cabo por um rei «natural». Assinale-se, uma vez mais, o efeito do paradoxo: o elogio da dinastia de Bragança é efectuado por este fictício duque de Alba.

O duque lembra, por outro lado, que os portugueses, ao longo da história, tinham dado sempre grandes exemplos de bravura militar e defende

⁸⁸ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 8-8v.

que, entre portugueses e castelhanos, a animosidade remontava a tempos ancestrais, «criandose entre estas dos naciones un odio natural, que siempre conservaron, no pudiendo sufrir entre ellos superioridad, y en tiempo de sus Reyes con mayor calor observaron esta emulacion contra Castilla»⁸⁹.

O *Discurso* «dialoga», aqui, com os já referidos escritos que compararam, até à exaustão, os diversos povos peninsulares⁹⁰. No entanto, é sem dúvida significativo que Alba «reduza» a emulação entre esses povos ao que ele apelida de duas «principales naciones»: a portuguesa e a castelhana. Além disso, assegura que, após 1640, os lusos que apoiavam D. João IV tinham desenvolvido «una unión tan ligada» que pareciam capazes de resistir a todo e a qualquer ataque⁹¹, dando como exemplo o que se tinha passado, até àquele momento, na guerra. Vaticina que os portugueses, na luta contra a Monarquia de Filipe IV, iriam poder contar com o apoio dos «sus confederados», ou seja, dos seus aliados, concluindo que a guerra de Portugal tinha todas as condições para se converter no que o conselheiro tinha apelidado de «cancro de la Monarquia»⁹².

Quanto ao plano internacional, insiste na ideia de que a França, a Holanda e os outros príncipes estavam muito interessados em que Filipe IV se envolvesse mais no confronto com Portugal, reiterando que os lusos, apesar de pouco numerosos e carentes de recursos, iriam ser capazes de resistir com sucesso, porque «la guerra con Castilla es en ellos natural»⁹³. Lembra ainda que, à medida que o tempo ia passando, os lusos iriam poder aperfeiçoar a sua técnica de guerra, à semelhança do que tinha acontecido com os «rebeldes» da Flandres. A luta contra Portugal iria tornar-se, por isso mesmo, numa nova guerra da Flandres.

Nas suas reflexões o falecido duque apresenta, igualmente, uma visão dicotómica dos territórios da Monarquia Hispânica: de um lado estavam as «provincias sujetas a esta corona», expressão que Alba emprega para se referir aos territórios da Monarquia que não se situavam na Península Ibérica; do outro, os territórios que se localizavam na Península, apelidados de «Reynos de España unidos a Castilla»⁹⁴. Acerca destes últimos lembra que, aí, a carga fiscal era já pesadíssima, razão pela qual pouco poderiam ajudar na restauração do domínio de Filipe IV em Portugal.

O duque de Alba chega a ponderar a hipótese de os territórios extra-peninsulares da Monarquia de Filipe IV (as «provincias sujetas») se

⁸⁹ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 8v.

⁹⁰ Pedro CARDIM, «“Todos los que no son de Castilla son yguales”. El estatuto de Portugal en la Monarquía española en el tiempo de Olivares», *Pedralbes. Revista d'Història Moderna*, Any XXVIII, n.º 28, vol. I (2008), pp. 521-552.

⁹¹ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 8v.

⁹² *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 9.

⁹³ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 9.

⁹⁴ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 9.

defenderem a si próprios, a fim de que a guerra contra Portugal fosse levada a cabo, apenas, por forças oriundas de Castela e dos demais «reynos de España». Contudo, a reflexão sobre este tema conduz o duque a uma nova apologia de Portugal e do seu valor, militar e não só:

«Es, señor, Portugal el más fertil, y abundante Reyno de España y el mayor de toda ella, y la gente más belicosa, y de más altos pensamientos, y los hombres más inclinados a acciones grandes, que tocan de temerarios, que se ha visto en España en todas las edades passadas»⁹⁵.

Num tom muito elegíaco a respeito dos portugueses, o duque realça a riqueza em recursos naturais e o valor do produto fiscal de Portugal, alegando que era um reino que rendia muito mais do que, por exemplo, a coroa de Aragão, «como se ha visto claro en los tiempos, que V. Magestad y sus antecessores le dominaron»⁹⁶.

Demonstra, além disso, alguns conhecimentos de logística militar relativamente a uma eventual ofensiva sobre Portugal: no máximo, a Monarquia conseguiria reunir uns 40 mil homens, os quais, segundo o duque, iriam lutar sem grande convicção, porque combatiam a troco de um soldo, enquanto os 120 mil portugueses iriam lutar de uma forma muito resoluta, porque «combatiendo defienden sus casas, sus hijos, y bienes, su patria, y fueros»⁹⁷. Em face do que expôs, conclui que a Monarquia de Filipe IV não iria conseguir conquistar Portugal e que essa guerra lhe iria ser fatal.

Dando por encerrada a reflexão sobre a primeira questão, o duque aborda a segunda: «qual sea de más conveniencia de estado a S. Magestad, si hazer guerra, o pazes con Portugal?». Acerca desta pergunta, para além de afirmar, reiteradamente, que os portugueses tinham uma visceral animosidade pelos castelhanos, o duque de Alba invoca a sua experiência militar, questionando, de novo, a logística de uma eventual ofensiva sobre Portugal.

Daqui passa o duque de Alba a analisar um outro tema deste *Discurso*: o ramo austríaco da Casa de Áustria e a sua influência sobre o mundo ibérico. Para o duque, a verdadeira responsável pelo declínio da Monarquia espanhola era a influência da dinastia dos Habsburgo, devido à sua megalomania e por causa da sua desmedida ambição de domínio universal. Lembra que, até Carlos V, as autoridades de Castela tinham feito o possível por manter boas relações com Portugal, através de vínculos de amizade e de parentesco,

⁹⁵ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 9v.

⁹⁶ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 10. A comparação entre Portugal e Aragão é um tema frequente na literatura da época. Veja-se, a esse respeito, Emilia SALVADOR, «Integración y periferización de las Coronas de Aragón y de Portugal en la Monarquía Hispánica. El caso Valenciano (1580-1598)» in L. RIBOT e E. BELENGUER (orgs.), *Las sociedades ibéricas y el mar a finales del siglo XVI*, vol. III: *El área del Mediterráneo*, Madrid, Sociedad Estatal Lisboa'98, 1998, pp. 144-145.

⁹⁷ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 10.

e recorda que, aquando da revolta das Comunidades de Castela, D. Manuel chegara mesmo a ajudar Castela contra aqueles a quem «repugnava el dominio de la Casa de Austria, como agena en costumbres, y todo, de los Españoles...»⁹⁸.

Segundo o duque de Alba, a ambição imperial induzida pelos Habsburgo empurrou os «españoles» para uma megalómana expansão, na Europa e fora dela. Os Áustrias, «sin más interesse proprio, que una vangloria, y aparente grandeza», levaram os espanhóis «a plantar colonias en tantas partes del mundo para assegurar el Austriaco dominio». A expressão «plantar colónias» é aqui uma vez mais utilizada com uma conotação negativa. Recorde-se que, ao caracterizar a expansão como «plantar colónias», o duque estava deliberadamente a retratar esse processo como algo de violento e baseado em títulos ilegítimos. Para Alba, tal expansionismo nada de positivo tinha proporcionado à Monarquia espanhola, bem pelo contrário, e a fim de reforçar a sua crítica ao ramo austríaco da dinastia dos Habsburgo (a «Cesarea casa»), o duque efectua uma digressão pela história recente, recapitulando o que se tinha passado desde o final do século XVI até meados de Seiscentos. Para ele, a política dinástica dos Áustrias tinha sido uma das principais causas da «ruína de España», pois esta teve de mandar «el dinero, y la gente a Alemania asegurar la casa de Austria en el Imperio, y dexando el enemigo en las marinas»⁹⁹.

Filipe II terá enviado os Grandes de Espanha para cargos nas «provincias conquistadas» a fim de que estes não se apercebessem dos danos que aquela megalómana expansão estava a causar à Monarquia. Alba alude, também, à expulsão dos mouriscos, decisão que teve grande impacto económico, ficando os espanhóis «privados de vassallos, y faltos de quien cultivasse la tierra»¹⁰⁰. A acreditar no falecido Alba, todos os recursos hispânicos foram enviados para o Sacro-Império, descurando-se, por exemplo, a defesa do Levante da Península Ibérica, região muito afectada pelos ataques dos «corsarios de Berberia», sem que os Áustrias tivessem feito alguma coisa para os evitar. Segundo o autor do *Discurso*, os Habsburgo espanhóis tinham sido dominados pelos interesses do ramo austríaco e consumidos pelas suas guerras. O duque fala mesmo do predomínio de uma «razon de estado Austriaca», que consistia em dominar a Monarquia mantendo todos os povos oprimidos com tributos e, conseqüentemente, depauperados. Afirma, porém,

⁹⁸ «y con cuyas sustancias intentavan aquellos Principes la monarquia de Europa, y pareciendo les a los pueblos mengua suya suplir con fuerças, y dinero a la ambicion de su Rey, sin más interesse proprio, que una vanagloria, y aparente grandeza, por la qual despoblándose de sus hijos, y fuerças, ivan a plantar colonias en tantas partes del mundo para assegurar el Austriaco dominio, no faltó quien (premediando esto) repugnasse el Rey mi señor la conquista de Portugal, conociendo della más presto la ruina de España, y que sus grandes y nobles quedavan esclavos de su Rey». *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 10.

⁹⁹ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 10.

¹⁰⁰ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 11.

que a paciência dos vassallos estava a chegar ao limite e que havia até o risco da eclosão de um levantamento em Castela:

«los Castellanos, aunque muy leales, se se aprieta mucho demasiado con ellos caerán en la cuenta de que tiene V. Magestad más sangre Tudesco, que Castellano, y que ay otros Principes entre ellos descendientes de sus passados Reyes, y que les estará mejor ser gobernados por quien se honre con ellos, que ser esclavos de la casa de Austria tan diversa de sangre y costumbres»¹⁰¹.

Para além da denúncia da influência dos Áustrias, esta parte do *Discurso* também evidencia a divisão que existia, nos círculos palacianos de Madrid, entre duas diferentes sensibilidades. Há várias décadas atrás José María Jover Zamora identificou, com grande clareza, essas duas sensibilidades no seio da elite governante da Monarquia, mostrando que, de um lado, estavam aqueles que apelidou de «imperialistas», ou seja, os partidários do princípio da reputação e da continuação de uma política de dominação universal, enquanto do outro se encontrava um grupo mais orientado para a «conservação» e que advogava o regresso ao interior da Península, bem como o abandono da aventura imperial¹⁰².

Na sua parte final, o *Discurso* converte-se numa severa diatribe contra aquilo que é classificado como «sangue Tudesco», denunciando-se o seu desconhecimento dos costumes «de los Españoles» e o seu efeito negativo na Monarquia espanhola. O duque de Alba defende, por isso, o regresso da Monarquia às suas origens, ou seja, à realidade geográfica e cultural da Península Ibérica¹⁰³. A par desta recomendação, faz uma outra advertência:

¹⁰¹ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 11v.; no manuscrito esta última frase tem uma redação ligeiramente diferente: «tan diversa de sangre y patria». BPA, cód. 50-V-38, f. 362.

¹⁰² José María JOVER ZAMORA, «Sobre los conceptos de monarquía y nación en el pensamiento político español del XVII», *Cuadernos de Historia de España*, 12 (1950), pp. 101-150; também de JOVER ZAMORA, veja-se, «Tres actitudes ante el Portugal Restaurado», *Hispania*, XXXVIII (1950), pp. 104-170). Como refere Ricardo García Cárcel, «frente a la España unidimensional, castellana, fundamentalmente imperialista de Olivares, algunos hablan de la España madre, sin discriminaciones o prioridades entre sus hijos, objetivamente desengañada de su viejo sistema de valores religiosos y militares» – Ricardo GARCÍA CÁRCCEL, «La revolución catalana: algunos problemas historiográficos», *Manuscrits*, n.º 9 (Enero 1991), pp. 134. Para o contexto português, veja-se, de Gaetano SABATINI e Pedro CARDIM, «António Vieira e o universalismo dos séculos XVI e XVII» in AA.VV., *António Vieira, Roma e o universalismo...*, cit., 2011, pp. 13-28.

¹⁰³ Acerca do tema do regresso às origens de Espanha, veja-se, de Irving A. A. THOMPSON, «Castile, Spain and the monarchy: the political community from 'patria natural' to 'patria nacional'» in R. KAGAN & G. PARKER (orgs.), *Spain, Europe and the Atlantic world. Essays in honour of John H. Elliott*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, pp. 151 e segs.; é também fundamental a consulta de Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, «Entre "godos" y "montañeses". Avatares de una primera identidad española» in A. TALLON (dir.), *Le sentiment national...*, cit., 2007, pp. 135 e segs. Em Portugal também se fez sentir uma certa animosidade em relação ao mundo alemão e sua influência nos reinos ibéricos. O jesuíta António Vieira foi um dos que defendeu essa tese – cf. Pedro CARDIM, «Hamburg und die deutschsprachige Welt im Werk von António Vieira» in Alexandra CURVELO e Madalena SIMÕES (orgs.), *Portugal, Hamburg und die deutschsprachige*

lembrando que D. João IV tinha muitas relações familiares com a nobreza de Castela, avisa que seria fácil, para o novo rei português, fomentar divisões entre os Grandes de Espanha. Assegura que, para muitos dos nobres castelhanos que estavam frustrados, seria tentador apoiar «... otro Rey vezino poco diverso de costumbres, y lengua».

Aconselha por isso Filipe IV a contentar-se com os territórios que lhe restavam e a não fazer guerra contra Portugal, guerra essa que, volta a dizer, tinha todos os ingredientes para ser desastrosa, pois, assegurava, D. João IV contava com o apoio maciço dos lusos¹⁰⁴. O duque não poderia ser mais claro na sua defesa da «conservação» da Monarquia e no seu conselho para que Filipe IV aceitasse a secessão portuguesa como, digamos, um «facto consumado». Garante que a intenção de Deus era que o duque de Bragança reinasse em Portugal, acrescentando que, no caso de esse reino se tornar independente,

«tendrá V.M. un Rey vezino y amigo, que aliado con su amistad se aumentarán las fuerzas para aumento de la fé Catholica, y tendrá seguros sus Reynos de España, que son el fundamento de su grandeza; tendrá maridos para sus hijas, ayudas en sus necesidades, consejo en sus afliciones con reciproca hermandad; tendrá seguras sus costas, y defensa a sus flotas, porque como bien, seño, apuntò el consejo, la mayor fuerza de la monarquia serà el vivir antes sin este braço, que tenerle contra si»¹⁰⁵.

Depois de defender as vantagens decorrentes de uma Península Ibérica que contasse com um Portugal independente e aliado da Monarquia espanhola, e antes de dar por encerrado o seu «discurso», o falecido 3.º duque de Alba reconhece que o seu aviso podia parecer contrário à «razon de estado, y reputación de Castilla». Contudo, garante que a sua intenção era a melhor, pois a verdadeira reputação consistia

«en la grandeza de los estados confinantes con todos los Principes de Europa, en tener lo mejor de Italia para dar reglas a Principes, lo mejor de Alemania, y Flandes para amenazar a sus vezinos, y las flotas del mundo nuevo para enriquecer el mundo; y mientras V.M. Conserva esto, no pierde Castilla su reputación...».

Quanto a Portugal, de acordo com Alba, ficará «sirviendo a Castilla de un ceno, en que se conserva, y guarda en toda ocasion que se dilatare, a conservar sus dilatados braços, para que no enflaqueça ella, y con ella el cuerpo de la monarquia»¹⁰⁶.

Welt während der europäischen Expansion nach Übersee (16.-18. Jahrhundert), Viena-Munique, Verlag für Geschichte und Politik & R. Oldenbourg Verlag, 2011, pp. 58 e segs.

¹⁰⁴ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 11.

¹⁰⁵ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 11v.

¹⁰⁶ *Discurso del duque de Alba*, cit., f. 12.

Sintomaticamente, no manuscrito do *Discurso* esta frase aparece formulada de um modo diferente:

«y Portugal con su Rey queda serviendo a Vuestra Magestad de una sinta con que se aprieta la cabeza que es España para conservarla en toda ocasion quando della se dilaten sus fuerças para conservar sus braços, o a mayores conquistas para que con la flaqueza no caya enfermo todo el cuerpo de la monarchia»¹⁰⁷.

Na versão impressa do *Discurso* a imagem de Portugal como uma «...sinta con que se aprieta la cabeza que es España...» foi substituída pela ideia de que o reino português seria um «ceno, en que [Castela] se conserva, y guarda en toda ocasion que se dilatare, a conservar sus dilatados braços...».

Antes de encerrar, Alba afirma que a paz com Portugal teria também a vantagem de permitir enfrentar, em conjunto, a ameaça turca sobre Itália¹⁰⁸, lembrando que Filipe IV, «como Rey tan catholico», tinha o dever de defender tais terras «deste enemigo, & a sus estados, y con más merecimiento, grandeza, y reputación será desistiendo de su derecho para defender la Iglesia de sus enemigos»¹⁰⁹.

Voltando-se a insistir na ideia de que a guerra com Portugal era difícil e perigosa, no último parágrafo do texto notam-se mais diferenças entre o manuscrito e a versão impressa do *Discurso*. A seguinte frase não foi incluída no texto dado à estampa: «siendo como es prudencia grande y provada regla entre los politicos contentarse cada uno con lo que puede, ya que no puede lo que contentara desistiendo de lo poco por no se ariesgar a perderlo todo supplicando a vuestra magestad me perdone»¹¹⁰. Dir-se-ia que o impressor queria assegurar que o texto iria caber, todo ele, na página que restava, tendo sido forçado a cortá-lo e a abreviá-lo para que tal acontecesse.

Alba encerra a sua proposta pedindo uma vez mais desculpa pela sua frontalidade e pelo modo como tinha falado «de los más intimos secretos, y pensamientos del pecho de Sus Magestades, y mis señores, porque como V.M. sabe que yo sé todo, y este mi discurso no passa de sus reales manos». Exorta Filipe IV a ter em conta o seu conselho «para la salud, y conservación

¹⁰⁷ BPA, cód. 50-V-38, f. 363.

¹⁰⁸ Uma alusão à ofensiva turca no Mediterrâneo, que culminaria na chamada guerra de Cândia, desencadeada em Abril de 1645.

¹⁰⁹ No texto impresso do *Discurso* esta frase parece estar truncada. No manuscrito esta passagem aparece com uma redação bem diferente: «...e a sus estados y con más merecimineto grandesa y reputación será desistiendo de su derecho si lo tiene para defender la Jglesia de sus enemigos sin esperanza de conquistarlos (que este es el toque de la mayor perfeccion christiana hazer bien sin interes) que dexar todo en manos de la fortuna por no desistir de pertenciones que dios por dicha tiena ya decretadas por perdidas y por misericordia y oculos juicios trae la ocasion presente a la mano para con ella colocarse todo, y viestra magestad de su latga mano pueda alcanzar mayores aumentos de estado», BPA, cód. 50-V-38, f. 363.

¹¹⁰ BPA, cód. 50-V-38, f. 363.

de lo que queda». Uma vez mais, na versão manuscrita do *Discurso* esta frase final apresenta uma redacção diferente: em vez de «conservación de lo que queda» pode ler-se «para la salud de la Monarchia»¹¹¹.

Repercussões e réplicas

É importante assinalar que Braz da França não foi o único, nem o primeiro, a responder ao conselho anónimo sobre a recuperação de Portugal que circulou, como vimos, entre 1641 e 1644, e que tanta celeuma provocou entre os portugueses que aclamaram D. João IV. Vários foram os publicistas apoiantes dos Bragança que atacaram esse controverso conselho.

Logo no início de 1645, provavelmente pouco tempo antes de o *Discurso* ter visto a luz, foi publicada uma primeira resposta à proposta formulada pelo conselheiro. Trata-se do livro *Desengano ao parecer enganoso que se deu a Elrey de Castella Dom Felipe IIII. contra Portugal...* (Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1645), escrito pelo famoso jurista e publicista João Pinto Ribeiro. A primeira licença do *Desengano* é de 20 de Fevereiro de 1645 e a última data de 10 de Abril de 1645, o que sugere que o tratado de Pinto Ribeiro terá sido redigido no final de 1644 ou no começo do ano seguinte, tendo visto a luz poucos meses depois.

Quanto ao texto que acabei de analisar, o *Discurso* de Braz da França, deve ter sido escrito em Abril ou Maio de 1645, tendo sido impresso, provavelmente, entre Junho e Setembro desse mesmo ano, ou seja, alguns meses depois do *Desengano ao parecer enganoso*.

No título do seu livro Pinto Ribeiro usa a palavra «desengano» para transmitir a ideia de que as razões contidas no parecer do conselheiro eram «enganosas». Assim, começa por apresentar o texto do conselho para, depois, rebater, um por um, os argumentos do conselheiro, alguns deles de uma forma muito pormenorizada¹¹². Cumpre referir que o livro de Pinto Ribeiro é muito mais longo e detalhado do que o *Discurso* de Braz da França. É, aliás, provável, que Braz da França conhecesse o *Desengano* e que nele se tenha inspirado.

No final da sua resposta ao conselho, Pinto Ribeiro escreve a seguinte frase: «Mas he ja tempo de vermos o que os Castelhanos discursavão sobre a invasão deste Reyno. De que conheceremos melhor nossa disposição, para nos defendermos. Satisfaço o prometido». Seguem-se uns «Avisos, que se han ofrecido al Rey de Castilla Don Felipe Segundo a los 25. del mes de Mayo del año de 1579. Sobre la forma, y modo que se deve tener, para se hazer señor de Portugal, en caso, que por armas le conquiste». A finalidade

¹¹¹ BPA, cód. 50-V-38, f. 363v.

¹¹² *Desengano ao parecer enganoso que se deu a Elrey de Castella Dom Felipe IIII, contra Portugal...* (Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1645), ff. 135 e segs.

de Pinto Ribeiro era mostrar ao leitor que o que se iria passar na década de 1640 não seria muito diferente daquilo que o 3.º duque de Alba tinha feito, em 1580, na sua campanha militar em terras portuguesas.

Algum tempo depois surgiu a obra *Philippica Portugueza, contra la invectiva castellana* (Lisboa, A. Alvarez, 1645), de frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo, também ela uma resposta de carácter doutrinal ao conselheiro castelhano. Refira-se que esta obra contou com uma versão latina, publicada em França: *Propugnaculum lusitano-gallicum contra calumnias hispano-belgicas* (Paris, 1647). Meses mais tarde, ainda em 1645, o famoso polígrafo Francisco Manuel de Melo também se envolveu na controvérsia, respondendo ao anónimo conselheiro através de um tratado que ostentava o seguinte título: *Ecco Polytico. Responde en Portugal a la voz de Castilla y satisface a un papel anonymo, ofrecido al Rey Don Felipe el Quarto. Sobre los intereces de la Corona Lusitana, y del Oceanico, Indico, Brasilico, Ethyopico, Arabico, Persico, y Africano Imperio...* Publicado no final de 1645



Figura 2 – Gravura que ilustra o livro de Francisco Manuel de Melo, *Ecco Polytico. Responde en Portugal a la voz de Castilla y satisface a un papel anonymo, ofrecido al Rey Don Felipe el Quarto. Sobre los intereces de la Corona Lusitana, y del Oceanico, Indico, Brasilico, Ethyopico, Arabico, Persico, y Africano Imperio* (Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1645).

ou logo no início de 1646¹¹³, o *Ecco Polytico* constitui uma obra volumosa, de várias dezenas de páginas, na qual Francisco Manuel de Melo polemiza com as propostas do conselheiro, respondendo-lhe de uma forma exaustiva e circunstanciada. Inclui, logo a seguir à folha de rosto, uma bela gravura de Lucas Vostermans representando uma alegoria da fama, o que sugere que se trata de uma obra cuja principal motivação é a defesa da reputação dos portugueses, depois de esta ter sido «manchada» pelas acusações do anónimo conselheiro castelhano. Além disso, e ao contrário do que sucede no tratado de Pinto Ribeiro, o livro de Francisco Manuel de Melo está escrito em castelhano, o que parece indicar que pretendia atingir um público mais alargado. O mesmo se pode dizer do escrito de Braz da França.

As licenças de impressão do *Ecco Polytico* fornecem algumas pistas acerca do modo como os leitores portugueses reagiram à proposta do conselheiro. Um dos clérigos que examinaram a obra, o dominicano Inácio Galvão, escreve que o texto do conselheiro estava «tão cheo de peçonha, odio, & raiva contra os Portugueses, que com razão se determinarão muytos, zelosos da honra de seu Rey, & de seu Reyno, a responder a elle». Galvão refere ainda que já tinha lido «outras duas respostas doctissimas, & por taes a julguei...». Uma dessas duas respostas era, decerto, o referido livro de Pinto Ribeiro e a outra seria, provavelmente, o livro de frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo.

Frei Francisco Brandão, cronista-mor e outro dos censores do *Ecco Polytico*, também se pronunciou, no seu parecer, sobre a proposta do conselheiro, dizendo que tal texto tinha sido escrito por um «...cauiloso impostor, que pretendeo afrontar a nação Portuguesa, com capa de conselho a seu Rey...». Já o jesuíta Manuel Cordeiro, escrevendo em São Roque a 15 de Outubro de 1645, afirma, no seu parecer sobre o *Ecco Polytico*, que Francisco Manuel de Melo «...responde à carta do Conselheiro de Castella com muita elegancia, excelentes sentenças, & propriedade de fallar, não vulgar nem ordinario...».

A proposta do conselheiro foi portanto vista como um texto «vulgar», «ordinário», «cheio de peçonha, ódio e raiva» contra a «nação Portuguesa». Quanto ao conselheiro, é apelidado de «caviloso impostor», ou seja, uma pessoa enganadora e velhaca. Aliás, o próprio Francisco Manuel de Melo, logo no início do seu *Ecco Polytico*, transmite a sua opinião sobre o conselheiro, afirmando que «escribió el Autor, ò Consejero Castellano, su parecer com rabiosa pluma», enquanto ele leu esse texto «con serenidade», respondendo-lhe «no sin quexa, pero sin passion...»¹¹⁴. Desmentindo as acusações

¹¹³ A primeira licença é de 3 de Outubro de 1645 e a última é de Janeiro de 1646. A folha de rosto tem a data de 1645 e a última licença, na qual se diz que o texto «está conforme ao original», data de 17 de Janeiro de 1646.

¹¹⁴ Francisco Manuel de Melo, *Ecco Polytico. Responde en Portugal a la voz de Castilla y satisface a un papel anonymo, ofrecido al Rey Don Felipe el Quarto. Sobre los intereces de la Corona Lusitana, y del Oceanico, Indico, Brasilico, Ethyopico, Arabico, Persico, y Africano Imperio...* (Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1645), f. 2.

de que os portugueses tinham uma má natureza e uma má vontade a respeito da Monarquia, defende a reputação da população de Portugal, ao mesmo tempo que apresenta um rol de queixas pelos maus tratos que os lusos tinham sofrido durante os sessenta anos da união. No *Ecco Polytico* expressões como «sujeição a Castela» ou «escravos de Castela» são utilizadas para caracterizar o domínio que *Castela* – e não a Monarquia – exerceu sobre os portugueses. Melo defende que os portugueses eram a mais fiel personificação de uma concepção católica da política, apresentando-os como um povo excepcional, o mais puro, o mais fiel, o mais verdadeiro, o mais virtuoso, o mais bem-intencionado e o mais católico.

Depois de terem sido postas a circular as quatro obras que acabaram de ser referidas, alguns anos mais tarde viu a luz uma nova resposta às propostas do conselheiro. Trata-se da *Epistola apologética á la magestad católica de D. Felipe el grande... príncipe de la monarquia española, contra el parecer de cierto ministro consultado por Su Magestad sobre la recuperación de Portugal; escrivela D. Hernando de Molina y Saavedra...* (Colónia, C. Egmond, 1650), da autoria Fulgêncio Leitão, mas publicada sob o pseudónimo de D. Hernando de Molina y Saavedra. Como se sabe, Leitão era um frade agostinho radicado em Itália que, a partir de 1640, se destacou como publicista a favor de D. João IV.

Logo no início do seu livro, Leitão conta que tinha chegado às suas mãos «un librito de pocos pliegos, pero mas que grande, por las materias, que en el se tratan. Su titulo es Ecco Politico». Não se sabe se Leitão tomou conhecimento do conselho anónimo através do texto original, ou se o leu através da cópia inserida no *Ecco Polytico* de Francisco Manuel de Melo. Seja como for, Leitão também optou por incluir, no seu livro, uma «Copia del Papel, contra el qual se escriuió esta Apologia», ou seja, o famigerado conselho anónimo dirigido a Filipe IV sobre a recuperação de Portugal. Importa notar que o texto do conselho anónimo que Leitão transcreveu na sua obra é ligeiramente diferente daquele que aparece reproduzido tanto no *Desengano*, quanto no *Discurso* ou, ainda, no *Ecco Polytico*.

Nesta longa obra refuta-se, de novo, cada um dos argumentos que o conselheiro expendeu e, para isso, Leitão uma vez mais revisita o tempo em que Portugal se uniu à Monarquia de Filipe II. Parcialmente baseada no livro de Girolamo Franchi Connestagio¹¹⁵, a obra de Leitão efectua uma descrição das crueldades cometidas pelas forças do duque de Alba aquando da conquista de Portugal, equiparando essas crueldades às violências cometidas pelos espanhóis, ou melhor, pelos castelhanos, no decurso da conquista da América. Leitão faz eco, portanto, da ideia de que as crueldades cometidas no decurso da conquista das Índias tinham a ver com o facto de tal conquista ter sido – alegadamente – um empreendimento castelhano.

¹¹⁵ *Dell'vnione del regno di Portogallo alla corona di Castiglia. Istoria del sig. Ieronimo de Franchi Conestaggio gentilhuomo genouese...* (Génova, Girolamo Bartoli, 1585).

Um conselho anónimo e cinco réplicas

O controverso conselho anónimo acerca da recuperação de Portugal foi posto a circular entre 1641 e 1644. Não localizei qualquer versão impressa deste escrito e dele só encontrei uma cópia manuscrita: a que integra os fundos do Arxiu Històric de la Ciutat, em Barcelona. Dispomos, igualmente, das cópias – com variantes – que aparecem reproduzidas nos impressos que polemizaram com o conselheiro castelhano.

Como assinalei, o conselho deu origem a, pelo menos, cinco réplicas. A primeira terá sido o *Desengano ao parecer enganoso*, da autoria de João Pinto Ribeiro, um tratado impresso nos primeiros meses de 1645. Pouco tempo depois terá visto a luz a segunda réplica ao conselho: a obra *Philippica Portugueza, contra la invectiva castellana* (Lisboa, António Alvarez, 1645), de frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo. Não muito depois surgiu a terceira réplica, o *Discurso del duque de Alba*, da autoria de Braz da França, texto que acabei de analisar e que foi publicado, ao que tudo indica, em meados de 1645. A quarta resposta terá sido o *Ecco Polytico* de Francisco Manuel de Melo, um tratado surgido no final de 1645 ou no começo do ano seguinte. Quanto à quinta réplica, a *Epistola apologética*, da autoria de Fulgêncio Leitão, foi impressa em 1650. Neste estudo incidi, apenas, num desses escritos, a terceira das cinco réplicas ao conselho anónimo. Contudo, e porque estão fortemente articulados uns com os outros – chegando mesmo a dialogar entre si –, estes textos merecem ser estudados em conjunto.

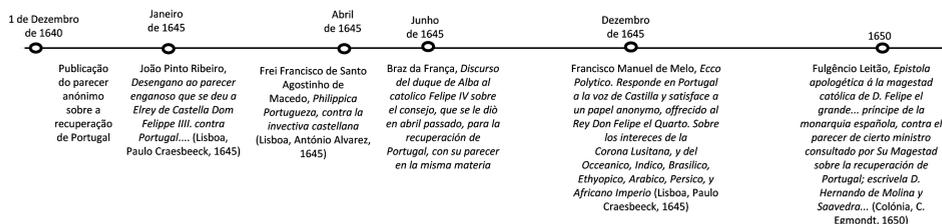


Figura 3 – Representação gráfica das datas de publicação dos seis textos em foco no presente estudo.

Quanto a Braz da França, o português nascido em Roma e que teve a ideia de recorrer a um morto – o 3.º duque de Alba – para comentar o controverso conselho anónimo sobre Portugal, não restam dúvidas de que construiu um texto complexo e estruturalmente barroco. Apropriou-se do conselho anónimo e atacou-o através do falecido 3.º duque de Alba. Optando por se esconder atrás do anonimato, Braz da França tirou partido do contraste entre duas figuras que encarnam, cada uma à sua maneira, visões diferentes da Monarquia de Filipe IV. O conselheiro é o protótipo da demonização de Castela e dos seus cruéis planos para Portugal, bem como o retrato anedótico da governação irreflectida e do desejo desmesurado de poder. Quanto ao

falecido duque de Alba, aparece, um tanto paradoxalmente, como um «pacifista» e como um crítico da guerra, elogiando o Portugal de D. João IV e defendendo uma autoridade régia limitada e rigorosamente católica. O conselheiro é a personificação do grupo que continuava a acalantar, para a Monarquia, planos de dominação universal, enquanto o duque é o «porta-voz» daqueles que defendiam a «conservação» e um regresso da Monarquia às suas origens hispânicas¹¹⁶.

O perfil autoritário do conselheiro castelhano é de tal modo exagerado e anedótico que não é de excluir que o conselho anónimo que deu origem a toda esta polémica tenha sido escrito por um partidário de D. João IV, com o intuito de assustar os portugueses e de os mobilizar para a luta contra a Monarquia. A confirmar-se esta hipótese – para a qual não disponho de qualquer base documental –, isso significaria que as quatro réplicas que foram referidas polemizaram, todas elas, com um texto pró-duque de Bragança...

O espaço hispânico do qual o duque de Alba falava, em 1645, era bastante diferente daquele que tinha existido em 1580, pois muitos portugueses, embora mantendo afinidades com os demais povos peninsulares, lutavam agora por uma condição independente. Durante um longo período os lusos habituaram-se a pensar os seus traços identitários como algo que se inseria num quadro hispânico mais geral. No entanto, a partir do momento em que Portugal se rebelou contra a Monarquia tornou-se necessário repensar esses traços e como que os reinventar, de modo a fundamentar um reino português independente de Espanha. Tal passou pela exaltação do que era próprio de Portugal e, também, por «reduzir» as Espanhas à sua componente castelhana, carregando-a de defeitos. Passou, igualmente, pelo vitimismo face a Olivares e pelo acentuar da alegada antipatia «natural» entre portugueses e castelhanos, um tema já presente antes de 1640 mas que, depois da revolta, foi muito empolado pela propaganda, tornando-se omnipresente e chegando mesmo a saturar o espaço de debate público. O discurso xenófobo floresceu, tanto de um lado quanto do outro, ao mesmo tempo que, entre os apoiantes de D. João IV, se multiplicaram as declarações de apego à «pátria» portuguesa, bem como a exaltação da «naturalidade» como determinante da fidelidade política¹¹⁷. O facto de Braz da França, um português oriundo de Itália, ter querido intervir neste debate é também significativo.

Fernando Bouza chamou recentemente a atenção para o facto, muito provável, de este tipo textos fazer eco de uma discussão mais alargada sobre

¹¹⁶ José María JOVER ZAMORA, «Sobre los conceptos de monarquía y nación...», cit., 1950, pp. 101-150.

¹¹⁷ Acerca do uso propagandístico deste tipo de linguagem, veja-se, de Jean-Frédéric SCHAUB, «El Patriotismo durante el Antiguo Régimen: Práctica Social o Argumento Político?» in F. GUILLAMÓN ÁLVAREZ & J. J. RUIZ IBÁÑEZ (orgs.), *Lo conflictivo y lo consensual en Castilla. Sociedad y Poder Político, 1521-1715. Homenaje a Francisco Tomás y Valiente*, Murcia, Universidad de Murcia, 2001, pp. 39-56.

as monarquias ibéricas e o seu governo, discussão essa que não decorreu apenas nos círculos cortesãos e que foi mais ampla do que habitualmente se pensa, envolvendo sectores alargados da população¹¹⁸. Como procurei mostrar, o *Discurso del duque de Alba al Catolico Felipe IV*, de Braz da França, parece confirmar essa hipótese, sendo também revelador das importantes mudanças que estavam em curso naqueles anos centrais do século XVII, marcados, do lado das autoridades portuguesas, pela necessidade – e pela dificuldade – de se pensarem a si mesmas como fundamentalmente diferentes do mundo hispânico e, do lado espanhol, pela identificação dos motivos que levaram à crise do seu projecto político. No *Discurso* ouvem-se ecos da opinião de que a Monarquia era um corpo demasiado grande para se manter de boa saúde, sendo também possível escutar as vozes que duvidavam da governabilidade destas unidades políticas de dimensão descomunal e caracterizadas por uma heterogeneidade extrema. Estava então a ser repensado o laço político entre o rei e os seus vassallos¹¹⁹, e estavam igualmente a ser questionadas as questões identitárias e suas implicações políticas¹²⁰.

O leque de temas abordado por Braz da França e o léxico por ele utilizado fazem deste pequeno impresso de doze fólhos uma espécie de «caixa de ressonância» dos debates, então em curso, sobre o governo das duas monarquias ibéricas e, também, sobre o seu futuro.

¹¹⁸ Fernando BOUZA, «Papeles, Batallas y Público Barroco», cit., p. 10.

¹¹⁹ Veja-se as considerações de Pablo Fernández Albaladejo sobre Diego de Tovar Valdeirama, autor de *Instituciones políticas...* (Madrid, Catalina de Barrio y Angulo, 1645), em Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, «El pensamiento político: perfil de una “política” propia» in José ALCALÁ-ZAMORA & Ernest BELENGUER (orgs.), *Calderón de la Barca y la España del Barroco*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales-SEENM, 2001, pp. 289 e segs.

¹²⁰ Cf. Ruth HILL, *Sceptres and sciences in the Spains. Four humanists and the new philosophy (ca. 1680-1740)*, Liverpool, Liverpool University Press, 2000; e, também, de Anthony PAGDEN, «Afterword: from Empire to Federation» in Elizabeth SAUER & Balachandra RAJAN (eds.), *Imperialisms. Historical and Literary Investigations, 1500-1900*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2004, pp. 255-271. Por último, consulte-se, *in genere*, Harald BRAUN e Jesús PÉREZ-MAGALLÓN (eds.), *The Transatlantic Hispanic Baroque. Complex Identities in the Atlantic World*, Ashgate, 2014, em especial «Rethinking identity: crisis of rule and reconstruction of identity in the monarchy of Spain», de Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, e, ainda, «The Baroque and the influence of the Spanish monarchy in Europe (1580-1648)», de José Javier RUIZ IBÁÑEZ.